

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

SHIRLEI GARCIA

**O SERVIÇO SOCIAL NO ESPAÇO ESCOLAR:
a experiência no Colégio Marista e Municipal São José**

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO

EM: JS 108106

**FLORIANÓPOLIS
2006.1**

Rosana Maria Gaio
Depto de Serviço Social / CSE

SHIRLEI GARCIA

**O SERVIÇO SOCIAL NO ESPAÇO ESCOLAR:
a experiência no Colégio Marista e Municipal São José**

SHIRLEI GARCIA

**O SERVIÇO SOCIAL NO ESPAÇO ESCOLAR:
a experiência no Colégio Marista e Municipal São José**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

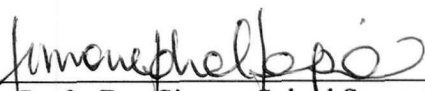
Orientadora: Professora Doutora Simone Sobral Sampaio

**FLORIANÓPOLIS
2006.1**

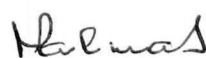
SHIRLEI GARCIA

**O SERVIÇO SOCIAL NO ESPAÇO ESCOLAR:
a experiência no Colégio Marista e Municipal São José**


Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela banca examinadora como requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.



Presidente – Profa. Dra. Simone Sobral Sampaio



1ª Examinadora – Profa. Dra. Marli Palma Souza



2ª Examinadora – Ms. Maria Aparecida Hahn Turnes

**FLORIANÓPOLIS
2006.1**

*(...) a prática educativa assume caráter de
mediação no seio da prática social
não se justificando, pois, por si mesma,
mas pelos efeitos que produz no âmbito da prática
social global por ela mediada.
Sua eficácia é avaliada, portanto, pelas mudanças
qualitativas que provoca na prática social.*

Demerval Saviani

A todos que contribuíram de forma direta ou indireta, dando-me respaldos necessários para a conclusão desta caminhada.

AGRADECIMENTOS

A Deus, sempre e em primeiro lugar, pelo maior de todos os dons: a VIDA.

Aos meus pais, que talvez não tenham me ensinado grandes teorias e me falado sobre grandes pensadores, mas que me ensinaram lições fundamentais para viver a Vida: respeito, amor, bondade, amizade...

Ào meu marido pelo companheirismo, amor ofertado e pelo apoio nos momentos difíceis... Sua presença é especial!

Aos meus irmãos pelo carinho e pelos momentos de alegria que sempre me proporcionaram.

À minha avó, grande amiga de todas as horas.

Aos colegas de turma, pelas discussões realizadas, as ansiedades compartilhadas, as amizades construídas, em especial às amigas Isabel Weingärtner, Luciane Guisso, Keila Regina da Silva, Eva Terezinha dos Santos, Thaís Pereira de Souza da Costa, Solange Antunes de Oliveira e Iza Daiana Wiggers.

Aos professores do Departamento de Serviço Social, pelos conhecimentos compartilhados que contribuíram no meu processo de formação acadêmica.

À orientadora Simone Sobral Sampaio, pelas reflexões e disponibilidade ímpar.

À comunidade escolar do Colégio Marista e Municipal São José, pela acolhida e carinho.

À Assistente Social Micheli K. Faustino, cuja supervisão no período de estágio foi de grande contribuição para a minha formação profissional.

À todos, meu sincero obrigada!

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo contribuir para o debate sobre a inserção do Serviço Social no espaço escolar, apontando as possibilidades de intervenção do Assistente Social nas instituições formais de ensino, sobretudo no que se refere ao trabalho realizado com as famílias dos educandos atendidos pela escola, no sentido de contribuir na construção de uma nova relação entre estas duas instituições (escola e família). Para tanto se faz um breve resgate de como a relação escola-família vem se constituindo ao longo do tempo, sendo que para isso se recorre a história da educação. Contextualiza-se o Serviço Social enquanto profissão e as possibilidades de atuação do Assistente Social no espaço escolar, enfatizando a intervenção com as famílias dos educandos. A fim de ilustrar e refletir sobre as possibilidades de atuação do Serviço Social na escola, traz-se, para o contexto deste trabalho o Colégio Marista e Municipal São José, uma entidade de assistência social que presta serviços de ensino regular num bairro pobre do município de São José. Através do recurso da textualização, apresenta-se a experiência profissional da Assistente Social nesta escola. Ao final esta narrativa é analisada, priorizando os aspectos da prática profissional referentes ao trabalho que se desenvolve junto às famílias.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social, escola, família, prática emancipatória.

LISTA DE SIGLAS

ABEC – Associação Brasileira de Educação e Cultura
APP – Associação de Pais e Professores
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CMMSJ – Colégio Marista e Municipal São José
EDA/ REMAR – Embarcações da Amizade/ Renovação Marista
FNDE – Fundo Nacional da Educação
GT – Grupo de Trabalho
INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
MEC – Ministério de Educação e Cultura
PETI – Programa Erradicação do Trabalho Infantil
PPE – Projeto Pais na Escola
PPP – Projeto Político Pedagógico
PROMENOR – Sociedade Promocional do Menor Trabalhador
PSE – Plano Sócio Educativo
SAS – Serviço de Assistência Social
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SINE – Sistema Nacional de Emprego
UCE – União Catarinense de Educação
USAID – Agência Americana para Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – A RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA: um breve relato da história aos dias atuais	12
CAPÍTULO II – O SERVIÇO SOCIAL E A SUA INSERÇÃO NO ESPAÇO ESCOLAR	24
2.1. Contextualizando o Serviço Social enquanto Profissão	24
2.2. Serviço Social no Espaço Escolar: possibilidades de atuação	27
CAPÍTULO III – A PRÁTICA PROFISSIONAL NO COLÉGIO MARISTA E MUNICIPAL SÃO JOSÉ: um trabalho voltado às famílias.....	33
3.1. O Colégio Marista e Municipal São José: conhecendo o espaço institucional	33
3.2. O Serviço Social no Colégio Marista e Municipal São José.....	39
3.3. A Textualização como Técnica de Pesquisa	42
3.4. Entre Desafios e Possibilidades – a experiência de Micheli K. Faustino	43
3.5. Refletindo o Trabalho Profissional no Espaço Escolar.....	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS	58
ANEXOS.....	62
A – Autorização para utilização da entrevista e do nome da Assistente Social	63

INTRODUÇÃO

O Serviço Social é uma profissão que atua frente à questão social e suas expressões, inserindo-se para isso no campo das diferentes políticas sociais, desde o seu planejamento e implementação, mas, sobretudo na execução dessas políticas.

Em relação à política educacional, a inserção do Serviço Social é uma questão que vem sendo debatida de forma tímida no interior da categoria, o que acaba por refletir numa produção teórica pouco avançada sobre o tema, destacando-se neste campo os trabalhos de Almeida (2000), Bressan (2001) e Martins (2001). No entanto, acredita-se que a discussão dessa temática é de suma importância para a profissão, na medida em que a escola pode vir a se constituir como um efetivo espaço sócio-ocupacional do Assistente Social.

Neste sentido, o presente trabalho tem por objetivo contribuir para o debate sobre a inserção do Serviço Social no espaço escolar, apontando as possibilidades de intervenção do Assistente Social nas instituições formais de ensino, sobretudo no que se refere ao trabalho realizado com as famílias dos educandos atendidos pela escola, no sentido de contribuir na construção de uma nova relação entre estas duas instituições (escola e família).

Pode-se dizer que a escola encontra-se num momento significativo para discutir a função social assumida pela educação no atual contexto, de perceber-se enquanto instituição que reflete os interesses antagônicos da sociedade e posicionar-se em favor da emancipação dos sujeitos e construção da cidadania, o que exige da escola novas práticas sociais, diferentes das que vem sendo exercidas neste espaço. Ou seja, a escola necessita rever sua prática de gestão, o trabalho (pensado de forma ampla) que realiza com os seus educandos, as famílias e a comunidade.

Em contrapartida, a família é uma instituição que nos últimos anos vem ganhando novas configurações, o que influencia diretamente na sua dinâmica, ao passo que se constitui como um espaço privilegiado de socialização das crianças. No atual contexto social, as famílias, sobretudo as famílias pobres, encontram-se “estranguladas” diante das inúmeras demandas que lhes são postas, inclusive pelas instituições escolares.

O que se observa, portanto, é uma certa tensão entre escola e família, a qual é marcada por uma relação unidirecional que vai da escola para a família. Ambas, apesar de responsáveis pela educação e socialização das crianças e jovens, não têm caminhado juntas nesse processo, acredita-se que, principalmente porque a escola sempre se constituiu como elemento central

para a conformação dos diferentes contextos políticos, sociais e econômicos na sociedade, embora se encontre em um momento de reflexão acerca do exercício desta função.

Apesar de sempre estar presente no contexto da escola, a questão social e as suas múltiplas expressões são demandas postas atualmente nesta instituição e que tem desafiado a escola, pois a mesma muitas vezes não sabe como lidar com os problemas e conflitos que lhe são apresentados. A evasão escolar, conflitos familiares e problemas sócio-econômicos vividos pela família que acabam por repercutir no desenvolvimento da criança, envolvimento dos educandos com as drogas, são alguns exemplos da expressão da questão social que refletem no contexto escolar e que precisam de um enfrentamento também por parte da escola quando esta tem por função a emancipação dos seus educandos e a formação para o exercício da cidadania.

Diante destas questões, o Assistente Social é visto como um profissional que pode contribuir nesse processo de (re) significação da função social da escola numa perspectiva democrática e emancipatória.

Assim, visando discutir (e também nesse processo levantar questionamentos) acerca da inserção do Serviço Social nas escolas e a sua contribuição nesse espaço, sobretudo no que se refere a intervenção na relação escola-família, este trabalho estrutura-se em três capítulos.

No primeiro capítulo procura-se resgatar de forma breve como a relação escola-família vem se construindo ao longo do tempo até a atualidade, sendo que para isso se recorre à história da educação, apoiando-se principalmente nos trabalhos de Cunha (1996), (1997), (2000).

No segundo capítulo é contextualizado o Serviço Social enquanto profissão, a sua dimensão sócio-educativa, bem como as possibilidades de atuação do Assistente Social no espaço escolar, sobretudo na intervenção com as famílias.

No último capítulo procura-se refletir sobre a prática do Serviço Social no espaço escolar através da experiência profissional concreta da Assistente Social do Colégio Marista e Municipal São José¹, a qual é trazida neste trabalho por meio da textualização. Para esta reflexão é apresentado inicialmente o espaço sócio-institucional onde se desenvolve esta prática, bem como o Serviço Social nesta instituição. Posteriormente traz-se a narrativa da Assistente Social e uma análise dessa fala procurando refletir as ações desenvolvidas pelo Serviço Social que se referem à relação escola-família. Ao final apresentam-se as considerações tecidas acerca do trabalho desenvolvido.

¹ Instituição onde foi realizado o Estágio Curricular Obrigatório da acadêmica.

CAPÍTULO I

A RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA: um breve relato da história aos dias atuais

Família e escola, tal como são concebidas atualmente, são duas instituições que com o advento da Modernidade, aproximam-se em suas finalidades, isto é, o cuidado e a de educação as crianças. Na verdade, à escola coube a função de educar as gerações mais novas na medida em que o tempo e a competência da família eram considerados escassos para o cumprimento de tal tarefa. Os saberes diversos e especializados necessários à formação das gerações mais jovens demandavam um espaço próprio dedicado ao trabalho de apresentação e sistematização de conhecimentos dessa natureza, diferente portanto, daquele organizado pela família.

Segundo Cunha (1996), no decorrer dos séculos a escola foi abrangendo um número cada vez maior de tarefas. Inicialmente era responsabilizada pela formação profissional; na Renascença lutou contra o monopólio da sabedoria. Com os movimentos da Reforma e da Contra-Reforma foi veículo de defesa e propagação da fé e com a Revolução Francesa tornou-se o centro de formação dos cidadãos. No entanto, é no final do século XIX, ao incorporar conhecimentos científicos, sobretudo aqueles relacionados à infância e à adolescência, que a escola assume a função educativa que antes eram de responsabilidade da família e de outras instituições.

Atualmente, percebe-se a existência de um conflito entre as instituições família e escola que se expressa, entre outras coisas, por um lado, na insatisfação da família em relação ao papel que a escola vem desempenhando, e, por outro lado, na insatisfação da escola em relação à família, reclamando a falta de participação desta no processo educativo da criança, bem como responsabilizando-a por uma suposta ineficiência em educar de forma primária² as crianças e jovens.

Visando compreender a atual relação escola-família, recorre-se à história da educação para fazer um breve resgate de como esta relação vem se dando ao longo do tempo.

De acordo com Áriès (1981), até meados do século XV, o sentimento de família e infância eram ausentes na vida cotidiana das pessoas. As crianças eram vistas como "adultos

² Entende-se por educação primária aquela que se refere a apreensão de valores morais, hábitos e costumes, etc.

em miniatura", havendo um único mundo para adultos e crianças, sendo que a educação das mesmas se dava pela interação direta. Posteriormente, o sentimento de infância começou a ser desenvolvido, "primeiro transformando-se a criança em fonte de distração para os adultos e, em seguida, pela preocupação moral dos eclesiásticos e moralistas, defendendo os colégios como espaço para proteger e ensinar as crianças" (Marini & Mello, 2006, p. 02).

Segundo Cunha (2000) a escola, no século XVII foi pensada como uma instituição de *apoio* à família que era vista como necessitada de um auxílio para educar os filhos, sem tempo e nem competência para tanto. "A escola surgiu então para complementar a família liberando os adultos para outras ocupações relevantes na sociedade" (CUNHA, 2000, p. 448).

Com a Revolução Industrial, ocorrida por volta de 1760, e com a Revolução Francesa, em 1789, a escola passa a ocupar cada vez mais um lugar de destaque na sociedade³. Isso ocorre, sobretudo, pelas transformações das relações de trabalho e de produção trazidas pelo processo de industrialização e o conseqüente surgimento de uma nova classe social, os operários, servos que saíram do campo para a cidade em busca de melhores condições de vida. Neste contexto, a escola assume um importante papel na formação do cidadão e do trabalhador, ou seja, na formação da força de trabalho demandada pelo modo de produção que começava a se desenvolver.

Ao longo da história, a escola foi desempenhando cada vez mais um papel normalizador das famílias, e não apenas das famílias pobres, apesar de recair sobre estas com maior rigor, mas também das famílias com uma melhor posição social. Paulatinamente, conforme a escola incorpora o saber científico, ela passa a se colocar contra a família, desqualificando-a no tocante a educação da criança. Conforme é colocado por Cunha (2000, p. 450),

no Brasil, a história da cientifização da escola teve um importante marco no século XIX, que coincidiu com a campanha levada a cabo pelos médicos higienistas para modernizar a família brasileira.

A campanha higienista visava modernizar a família brasileira do início do século XIX, cujo contexto familiar colonial mostrava-se indiferente pela existência da criança, bem como alega-se o fato de que os costumes higiênicos do cotidiano destas famílias propiciavam a

³ Com crise do regime absolutista, a burguesia vai crescentemente aumentando o seu poder econômico. No entanto era desejável para esta classe também a conquista do poder político. Sem descenderem de "bons berços" que garantiam os títulos de nobreza passados de geração em geração, a burguesia passa então a investir na educação dos filhos, a fim de refiná-los e prepará-los para estarem à frente dos negócios. A escola passa assim a se constituir um meio de ascensão da burguesia.

propagação de doenças. Neste mesmo período, a chegada da corte portuguesa ao Brasil instalou novos costumes que passam a influenciar o universo da família brasileira, que vai aos poucos abandonando o modelo colonial e substituindo-o pela “família colonizada”, conforme nos coloca Cunha (2000). A família colonizada é entendida como aquela que incorpora no seu cotidiano os costumes, os hábitos, os valores da família burguesa européia do século XIX.

Assim, de acordo com Jurandir Freire da Costa (apud CUNHA, 2000), entre os novos hábitos e costumes que passam a fazer parte do cotidiano da família, agora tida como colonizada, tem-se uma diminuição do tamanho da família como consequência do afastamento de escravos e parentes distantes, intensificação da vida social (festas, bailes, saraus) e uma maior atenção aos jovens, os quais deveriam passar por um refinamento físico, intelectual e moral para causar boa impressão à corte portuguesa.

No entanto, para os médicos higienistas, o exagero de uma vida social praticada pela família colonizada fazia com que, da mesma forma que na família colonial, esta se mostrasse incompetente para educar os filhos, embora por motivos diferentes daqueles do modelo familiar anterior.

A instituição familiar naquela época era caracterizada como em permanente estado de mal funcionamento, era dada como incompetente, incapaz, sem qualidades para educar crianças. Fazia-se urgente inseri-la nos padrões da normalidade. (CUNHA, 2000, p. 452-453).

Nesse sentido, um dos canais pelos quais os higienistas visavam normalizar as famílias foi justamente a escola, que, apoiada no saber científico, contrapôs-se ao saber doméstico advindo da instituição familiar.

Como coloca Faria Filho (2000), a instituição escolar no Brasil, ao longo do século XIX, vai aos poucos se fortalecendo como o *locus* fundamental e privilegiado de formação das novas gerações. Neste processo, ela desloca outras instituições (família, igreja, etc.) de seus lugares tradicionais de socialização, considerando-as, na maioria das vezes, incapazes de bem educar diante de uma sociedade que se urbaniza e se complexifica, que supõe novas dinâmicas e padrões de comportamento.

É importante ressaltar aqui que, ainda neste período, a escola não atendia a grande maioria da população⁴. Entretanto, com o fim do Império, com a abolição da escravatura, o

⁴ É a partir da década de 1930, com o governo de Getúlio Vargas, que o Estado passa a dedicar maior atenção à educação. Neste ano é criado o Ministério da Educação e Saúde, o que nos é emblemático ao pensarmos o movimento higienista brasileiro no início do século XX. Legalmente, é apenas com a Constituição Federal de

processo imigratório e os vários movimentos e ideologias que começam a surgir em consequência destes fatos, se coloca *aos poucos* a necessidade de propiciar o ensino escolar a todos, sobretudo às camadas mais pobres da sociedade.

Já no período republicano, após a Primeira Guerra Mundial, a industrialização e o crescimento das cidades fazem com que a burguesia e o operariado passem a exigir maior acesso à educação. Dessa forma, é a partir do início do século XX que o ensino começa a expandir-se no país com maior expressão, pois era preciso “criar um exército de trabalho”⁵, visto que o Brasil começava a abrir-se ao capitalismo industrial. Shiroma (2002, p.14) destaca ainda a educação, neste período, com a “função de ‘criar’ cidadãos e de reproduzir/modernizar as ‘elites’, simultaneamente à de contribuir para o trato da ‘questão social’”.

Pode-se dizer que, a partir desse período, a educação havia assumido um cunho nitidamente social, e por isso, o Estado tomava para si a incumbência de educar. A escola era vista como uma “necessidade de organização e de direção da vida coletiva”. As instituições públicas de ensino deixam de ser meros locais de instrução para se tornarem coordenadoras das influências exercidas por outros setores da sociedade, como a família, a Igreja e as corporações profissionais (CUNHA, 1996).

Assim, a partir da década de 1920, o movimento escolanovista, que defendia o ensino público e organizado pelo Estado, tinha por ideário fundamental que a função da escola era principalmente “socializar crianças e jovens, ou seja, ensinar com o propósito de colocar o educando em condição de responder aos requisitos da nova sociedade” (CUNHA, 2000, p. 455) que se abria à industrialização e ao modelo capitalista de produção. Como é possível perceber, a escola é permanentemente “convidada” a responder às mudanças e necessidades que se operam no mundo do trabalho.

Em relação ao Estado, neste período, o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, de 1932, coloca que

ao reconhecer e proclamar o direito de todos os indivíduos à educação, [o Estado] chamava para si o dever de efetivar este direito, tendo que tratar a educação “como uma função social e eminentemente pública”. Incorporar a educação entre “as funções essenciais e primordiais do Estado” significa reconhecer que a família já não dava conta integralmente de suas tarefas neste terreno. Embora sendo o ambiente natural de sustentação do indivíduo, local onde se formam as inclinações morais e os ideais da vida, a

1988 que registramos o início do processo de massificação da educação no país, quando esta é aclamada como direito universal. No entanto, efetivamente, a escola para todos é algo ainda mais recente, sobretudo se considerarmos o censo realizado pelo IBGE em 2000, onde os indicadores nos mostram que 95% das crianças entre 07 e 14 anos freqüentam a escola.

⁵ Fala do ministro da educação Gustavo Capanema.

família perdera, “em proveito da sociedade política”, uma série de atribuições diante da concorrência de “grupos profissionais” orientados para a satisfação de “interesses especializados”. (AZEVEDO, 1932 apud CUNHA, 1997, p. 48)

Nesse sentido, com a especialização de tarefas, tem-se um movimento de invasão do território, antes privativo dos pais, que levou o grupo familiar a se despojar da educação dos filhos. “A educação deixou de ser incumbência exclusiva do lar; o local especializado e apropriado para o educando passou a ser a escola, no qual a família auxilia e não comanda o processo educacional” (CUNHA, 1997, p. 48). Assim, ao mesmo tempo em que lhe é retirada a centralidade na educação da criança, a família deveria servir de apoio à escola, uma vez que ela continuava sendo a base para a formação moral da pessoa.

Ainda, de acordo com os ideais escolanovistas, a instituição escolar deveria ir além da aliança com os projetos médicos de higienização e normatização dos corpos, devendo ser utilizada como um instrumento civilizador “possuindo, como objetivo principal, atingir a mente, o corpo e a saúde da nação” (MACHADO, 2002, p. 64).

Assim, neste contexto,

a família continuou sendo alvo privilegiado, pois sabia-se que nada de produtivo e duradouro poderia ser feito com a criança na escola se não houvesse receptividade aos procedimentos pedagógicos no ambiente doméstico. A família, portanto, devia enquadrar-se, ou ser enquadrada, nos princípios ditados pelo discurso educacional renovador. Isso aplicava-se, em tese, a todas as famílias, independentemente da camada social a que pertencessem (CUNHA, 2000, p. 257).

A escola continuava portanto, como normalizadora das relações familiares, pois agora com o modo de produção capitalista e o conseqüente reordenamento do universo do trabalho, as famílias encontravam-se impedidas de bem educar seus filhos, isso, na visão da escola, tanto pela falta de tempo como pela sofisticação dos conhecimentos em decorrência dos avanços científicos. Assim, a escola assume prioritariamente o papel de educar as crianças.

Tal escola renovada posiciona-se contra a família, pois baseada nos saberes científicos, coloca os pais como elementos secundários na educação de seus filhos, ao entender que somente os conhecimentos da ciência possibilitariam uma educação que melhor conduzissem as crianças e jovens na direção correta, na direção daquilo que a sociedade requisitava.

Segundo Faria Filho (2000), o afastamento da família em relação à escola no início do século XX causava certa preocupação entre os agentes educacionais responsáveis por este distanciamento. Porém, esta preocupação termina por reforçar o papel secundário dos pais na educação das crianças.

Postados no interior de um campo que ganhava cada vez mais especificidade e legitimidade, os professores e outros agentes da educação passam a reclamar do desinteresse dos pais, principalmente das camadas populares, para com a educação dos filhos. A partir de diagnósticos os mais variados, baseados na premissa de que, embora seja fundamental a participação das famílias na educação dos filhos, estas demonstravam, naquele momento, um profundo desinteresse e despreparo para lidar com o assunto, buscava-se projetar e desenvolver ações que visavam reaproximar a família da escola. No seu conjunto, em suas mais diversas elaborações, estas ações mostram uma intenção colonizadora da escola em relação à família, entendida esta tarefa como um momento fundamental da ação reformista da escola em face da realidade social mais ampla. (FARIA FILHO, 2000, p. 03)

Nesse mesmo sentido, Cunha (2000) destaca que um discurso muito comum na época era o chamamento que a escola fazia à família para que se aproximassem da instituição de ensino, visando instruir-se sobre a educação dos filhos, contudo que não atrapalhassem os trabalhos dos professores. A intervenção da família na escola “era tida como uma pretensão absolutamente improcedente. Quem estuda cientificamente o desenvolvimento infantil e se aperfeiçoa, na prática, para educar as crianças, é o professor” (CUNHA, 1997, p. 59).

Os pais, portanto, eram retirados do seu posto de educadores privilegiados das crianças e jovens, passando para uma posição de complementação ao trabalho escolar, além de não poderem interferir de forma contrária a este. Por outro lado, a própria família mostrava-se com receio de educar os filhos por não serem tão capazes quanto os professores, imbuídos que eram dos saberes científicos, como nos acrescenta Cunha (2000).

No período desenvolvimentista brasileiro, sobretudo na década de 1950 com o governo de Kubitschek, a educação escolar consistia em um ponto fundamental do processo de modernização do país, considerando que com a “democratização” da educação, cujo discurso ganha expressividade com a Escola Nova, as crianças provenientes de famílias pobres passaram a freqüentar as instituições de ensino. Por se configurar como um obstáculo ao desenvolvimento, as famílias pobres eram desqualificadas para a tarefa de educar, e havia portanto, a necessidade em adequá-las ao novo modelo de sociedade. Assim, a escola assume

o papel normalizador das famílias pobres e excluídas do processo de modernização do país. Cunha (2000, p. 459) elucida esta questão quando coloca que,

em benefício do desenvolvimento do Brasil, cabia à escola efetivar a aculturação de todos os que iam sendo deixados à margem da nova realidade e produzir mudanças culturais que atingissem toda a população. Nesse empenho, ocuparam posição de destaque as famílias pobres, as famílias do campo, os desocupados e os favelados urbanos, enfim, todos aqueles que fossem identificados como desintegrados, excluídos da vaga modernizante, representantes do país velho e subdesenvolvido que devia ser ultrapassado.

A escola coloca-se, portanto, contra a família pobre. Acreditava-se que a pobreza acentuava os “maus exemplos domésticos”, sendo que para combatê-la a escola utilizava-se de agentes visitantes, recorriam ao tratamento psicológico às famílias, bem como utilizavam os próprios alunos como intermediários para higienizar a instituição familiar com os conhecimentos científicos em contraposição aos saberes domésticos. Tratava-se de “colocar na trilha da normalidade” crianças, jovens e adultos que, imersos numa condição “subcultural”, pudessem prejudicar o progresso do país (CUNHA, 2000).

No entanto, na década de 1950, os Centros de Pesquisas Educacionais, vinculados ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), apesar de serem veículos de difusão do discurso desenvolvimentista que desqualificava a família pobre, também chamou a atenção em relação aos rumos que a escola brasileira vinha tomando, inclusive no que se refere ao modo como os agentes educacionais percebiam as famílias dos seus alunos.

Por intermédio de técnicas provenientes da Sociologia e da Antropologia, os cientistas puderam avaliar sistematicamente a variedade de ambientes culturais existentes no país e constatar que a mentalidade vigente inclinava-se na direção de impôr prejuízos às famílias e aos educandos que não se mostrassem adequados ao padrão exigido. Esse discurso renovador elaborado no final dos anos 50 dizia, em suma, que se escola tinha a missão de normalizar as famílias excluídas da modernização, deveria, ela própria, ser normalizada. (CUNHA, 2000, p. 463)

A crítica voltava-se, portanto, contra a escola que, centrada numa mentalidade de classe média, não compreendia e nem se dispunha a compreender a realidade, o contexto sócio-cultural no qual seus educandos estavam inseridos, o que ainda hoje não acontece efetivamente no cotidiano das nossas escolas. Com relação a este aspecto, entende-se,

entretanto, que a compreensão da realidade social, econômica, cultural do educando resguarda-se apenas para o desenvolvimento de procedimentos mais eficazes para que a escola pudesse continuar exercendo as suas funções.

Nas décadas de 1960 e 1970, período de ditadura militar no Brasil, coube a educação a função de formar o capital humano, moldado pela ideologia da segurança nacional. Segundo Shiroma (2002), a política educacional dos militares esteve apoiada basicamente em duas grandes reformas, relacionadas ao acordo MEC-USAID (Agência Americana para Desenvolvimento Internacional). Uma prevista na Lei 5.540/68 que reformou o ensino superior, e a outra na Lei 5.692/72 que reformou os ensinos de primeiro e segundo graus, e que entre outras mudanças instituiu a obrigatoriedade do ensino na faixa que abrange entre os sete e os quatorze anos. Assim, neste período, tem-se a realidade de uma escola que é controlada e controladora, autoritária por excelência, e que adota, mais uma vez, o discurso desqualificador das famílias. Exemplo disso é o impulso na educação pré-escolar que deveria compensar as deficiências educacionais das crianças que não eram apropriadamente educadas pelas famílias.

A partir dos anos 1990 adentra, no país, o processo de globalização econômica através de uma nova fase do capitalismo que remodela as relações de trabalho agora flexíveis. A sociedade é marcada pelo avanço científico e tecnológico com inúmeras implicações no campo do trabalho e no cotidiano das pessoas.

A Conferência Mundial de Educação para Todos em 1990 que resultou na Declaração Mundial de Educação para Todos, bem como o documento econômico da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe), *Transformación Productiva con Equidad*⁶, também de 1990, juntamente com outros documentos internacionais emanados de importantes organismos multilaterais, exerceram uma grande influência na definição das políticas públicas para a educação do país, como por exemplo, o Plano Decenal da Educação.

Destacam-se também, a partir da década de 1990, importantes mudanças no âmbito da família e da escola.

Na família, a mudança mais significativa que se destaca é a saída da mulher do espaço privado para a esfera pública ao inserir-se no mercado de trabalho, não apenas por

⁶ Este documento alertava para a urgente necessidade de implementação das mudanças educacionais demandadas pela reestruturação produtiva em curso. Recomendava que os países da região investissem em reformas dos sistemas educativos para adequá-los a ofertar os conhecimentos e habilidades específicas requeridas pelo sistema produtivo. Eram elas: versatilidade, capacidade de inovação, comunicação, motivação, destrezas básicas, flexibilidade para adaptar-se a novas tarefas e habilidades como cálculo, ordenamento de prioridades e clareza na exposição, que deveriam ser construídas na educação básica (SHIROMA, 2002, p. 63). É possível perceber portanto, a educação enquanto instrumento fundamental de disciplinarização para a formação da força de trabalho.

necessidade econômica mas por opção. Além disso, tem-se também, como característica da família dos anos 90, o crescimento do número de famílias monoparentais, na qual a grande maioria é chefiada por mulheres, bem como no aumento do número de famílias recompostas, o que resulta em estilos de vida diferentes, com formas de sociabilidade peculiares, que acabam por interferir também no processo de escolarização dos filhos (ROMANELLI, 2003).

Assim, a família não pode mais ser entendida a partir de um único modelo (burguês, composto por pai, mãe e filhos), mas precisa ser analisada enquanto uma instituição que se apresenta com várias configurações. Neste sentido, Kaloustian (1994, p.14) coloca que

a família, da forma como vem se modificando e estruturando nos últimos tempos, impossibilita identificá-la como um modelo único ou ideal. Pelo contrário, ela se manifesta como um conjunto de trajetórias individuais que se expressam em arranjos diversificados e em espaços e organizações domiciliares peculiares.

No que tange as escolas, estas buscam, de alguma forma, incorporar os avanços tecnológicos, além de se cercar em teorias e métodos que as ajudem a cumprir com a sua função socializadora e transmissora de conhecimento.

Segundo Cunha (1996) apud Roche (2006, p. 03),

à medida em que, com a modernidade, a especialização de tarefas projetou o indivíduo para além do restrito espaço do lar, esvaziou-se o valor da família. A educação, a exemplo das funções econômicas, também deixou de ser atribuição da família [...]. Além disto, a família foi abalada pela crescente complexidade que tomou conta dos domínios educacionais quando os avanços científicos chegaram nesta área. A educação se constituiu como uma ciência, com seus problemas, sua técnica e seus métodos próprios, tirando-a de vez do alcance das famílias. Com a aceitação da subjetividade envolvida nas dificuldades encontradas pelos educadores com o sucesso escolar de algumas crianças, finalmente apareceu a necessidade de se adotar “estratégias escolares para normalização da família”, o que caracterizou a importância de envolver os pais no processo educacional.

Assim, por encontrarem dificuldades no cumprimento de sua tarefa, a escola (e outros agentes sociais encarregados de normalizar crianças e jovens) passa a construir um discurso que, de certa forma, devolve à família a responsabilidade pela educação dos filhos. Vinculado aos ideais neoliberais do final do século XX, este discurso, atualmente unânime e de cunho

progressista, prega a participação da família na escola. Isso porque na atual fase do modelo capitalista de produção, o reforço ao individualismo é um movimento constante na trama das relações sociais. Assim, a partir do momento em que os indivíduos, e no caso também a escola, não dão conta de responder as questões e demandas postas pelas contradições presentes na sociedade, a família é chamada para desempenhar esta tarefa. A instituição familiar é novamente recolocada no patamar de primeira responsável pelo atendimento das demandas e solução dos conflitos.

Na relação escola-família, conforme esta tem se dado historicamente, pode-se destacar também algumas idéias de como a instituição família é vista neste processo.

Inicialmente, a família era uma instituição irrelevante no contexto da sociedade, algo que se dispensava maior atenção. Posteriormente, era vista como uma ameaça à vida na medida em que não tinha hábitos higiênicos capazes de oferecerem um ambiente sadio para o crescimento e desenvolvimento das crianças. Ela precisa, portanto, ser dominada e colonizada, sendo que para isso era necessária uma normalização coercitiva. Mais recentemente é possível observar uma preocupação com a função educativa da família que, em face do modelo de produção capitalista, precisa ser normalizada para as necessidades de formação da força de trabalho.

A família, conforme visto, se configurou como um espaço de recepção e adesão do modelo escolar, colocando-se de forma mais passiva neste processo. O que se observa hoje é que as famílias (principalmente as famílias pobres) encontram-se “inflacionadas” pelas demandas e exigências que lhes são impostas, não apenas pela escola que reclama a participação das famílias no processo educativo dos filhos e uma atuação mais efetiva junto aos educandos “problemas”, mas também de outras instituições sociais.

Nesse sentido, sobretudo, em relação às famílias de camadas populares, Romanelli (2003, p.247) nos coloca que existe uma tendência de

estigmatizar essas famílias qualificando-as de desorganizadas e desestruturadas. Nessa seqüência, as famílias são consideradas responsáveis diretas por problemas vividos pelos filhos, tais como o reduzido rendimento nos estudos e o fracasso escolar, além de dificuldades mais graves, como uso de drogas e prática de vários delitos. Essa interpretação ancora-se em uma postura etnocêntrica e em um viés classista, pois toma como referência o modelo de família das camadas médias, considerado ninho de domesticidade e de virtude, qualidades supostamente inatingíveis para o conjunto da população pobre. [...] Mais ainda, a representação negativa das famílias das camadas populares funda-se numa interpretação que separa a família do conjunto de forças macrosociais que afetam sua organização. Essa postura reducionista, que atribui os problemas vividos pela família

apenas à dimensão da vida privada, desconsidera o fato de que a unidade doméstica só existe na relação com o universo público.

Em relação à escola, como foi possível observar, desde o seu surgimento esta instituição sempre desempenhou um papel no contexto da sociedade, o qual era definido a partir dos interesses políticos, econômicos e ideológicos. Mas, independente de sua função (transmitir conhecimento, formar para a cidadania, moldar o trabalhador, etc.), a escola sempre se configurou como elemento fundamental para adequar a família às novas ordens e modelos sociais. A escola pode ser entendida portanto como um campo de mediação estratégico no contexto da sociedade, pois ela conforma e adapta os indivíduos ao modelo de socialização exigidos pelas mudanças econômicas, políticas e culturais.

No entanto, a escola é um espaço institucional que nos últimos anos vem perdendo a sua legitimidade. Percebe-se isto no alto número de evasão escolar⁷, na violência contra os docentes, no desinteresse do aluno pelo aprendizado. Estes problemas vivenciados pela escola fazem com que a mesma demande da família atitudes e participação no trato dessas questões. Seja pelas transformações ocorridas nas configurações familiares nos últimos tempos, seja pela incerteza acerca dos papéis e atribuições a serem desempenhadas por estas instituições, o que se observa é uma exaltação crescente ao discurso de se estabelecer um diálogo entre família e escola.

Se por um lado “a família definiu-se, historicamente, como instituição que credita à escola a responsabilidade por instruir e educar seus filhos de acordo com os padrões mais avançados da ciência” (CUNHA, 2000, p. 464), percebe-se, por outro lado, que a escola, apesar das iniciativas empreendidas para cumprir com a sua tarefa socializadora, não tem conseguido atingir o aluno, justamente porque a escola não conhece, de fato, o educando que atende, sua família, seu contexto sócio-cultural, suas vivências.

Assim, a escola sem conseguir lidar de forma eficiente com diferentes problemas que se colocam no seu cotidiano, e por achar que a família também falha nessa tarefa, passa a demandar profissionais de diferentes especialidades (psicólogos, psicopedagogos, assistentes sociais, etc.) para atuar junto a ela no trato desta questão.

É nesse entrave que se entende a inserção do Assistente Social nas instituições de ensino como sendo de grande relevância para equacionar a relação entre família e escola, não

⁷ De acordo com dados do MEC, publicados no Jornal Folha de São Paulo, a taxa de evasão escolar que era de 5,2% em 1997 aumentou para 8,3% em 2001.

É importante destacar ainda a vinculação de ações assistenciais à permanência do educando na escola, também como medida para conter os índices de evasão escolar.

numa perspectiva normalizadora da família, mas pautada numa prática emancipatória, trazendo para a escola a realidade das famílias dos seus educandos.

Assim, são as contribuições que a atuação do Assistente Social no espaço escolar pode trazer à escola de modo geral, e à relação família-escola mais especificamente, que se abordará no capítulo seguinte.

CAPÍTULO II

O SERVIÇO SOCIAL E A SUA INSERÇÃO NO ESPAÇO ESCOLAR

2.1. Contextualizando o Serviço Social enquanto Profissão

O Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho, e que surge com o avanço do capitalismo monopolista. O Serviço Social foi requisitado para tratar das questões sociais que se constituíam como barreira para o desenvolvimento capitalista, participando assim no processo de reprodução das relações sociais⁸. Conforme nos coloca Iamamoto (1998, p. 23),

a constituição e institucionalização do Serviço Social como profissão na sociedade depende, ao contrário, de uma progressiva ação do Estado na regulação da vida social, quando passa a administrar e gerir o conflito de classe, o que pressupõe, na sociedade brasileira, a relação capital/ trabalho constituída por meio do processo de industrialização e urbanização. É quando o Estado se “amplia” [...] passando a tratar a questão social não só pela coerção, mas buscando um consenso na sociedade, que são criadas as bases históricas da demanda profissional.

Essa é, portanto, uma contradição no interior da profissão, na qual a prática do Assistente Social foi demandada para a conformação das classes subalternas. Seu trabalho produz um efeito não só material, mas também no campo dos conhecimentos, valores, comportamentos, cultura, interferindo na vida dos sujeitos. Assim, juntamente com outros profissionais, o Assistente Social contribui na criação de consensos na sociedade (MARTINS, 2001).

A criação deste consenso passa necessariamente pelo “trato” da questão social, a qual é entendida conforme coloca Iamamoto (1998, p. 27) “como o *conjunto* das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura”. Assim, sendo a base de fundação da profissão, “os Assistentes Sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas

⁸ A reprodução das relações sociais é entendida, conforme nos coloca Iamamoto e Carvalho (1986), como a reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de determinado modo de vida que envolve o cotidiano da vida em sociedade: o modo de viver e de trabalhar, de forma socialmente determinada, dos indivíduos em sociedade.

expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública” (IAMAMOTO, 1998, p. 28).

No entanto, a partir da década de 1970, com o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, a profissão passa a refletir seus métodos, teorias e estratégias de ação. Segundo Silva (1995) o Serviço Social passa a se orientar por uma perspectiva dialética, vislumbrando o espaço institucional como sendo contraditório, passando a configurar a possibilidade de uma dissociação entre os objetivos institucionais e os da prática profissional. “Nessa perspectiva, o Serviço Social questiona a vinculação histórica da profissão com os interesses dos setores dominantes e aponta a necessidade de desvendar a dimensão política da prática profissional e a busca de novas bases de legitimação” (SILVA, 1995, p. 40). Ao mesmo tempo, os Assistentes Sociais passam a buscar o enfrentamento da questão social em oposição ao seu simples tratamento paliativo, conforme requisitado historicamente com o objetivo de velar a relação capital-trabalho.

Assim, a profissão passou por mudanças e necessitou de uma nova regulamentação, o que se deu com a Lei nº. 8662/93, bem como com um novo Código de Ética, expressando o projeto político da profissão, o qual é comprometido com a democracia e com o acesso universal aos direitos sociais, civis e políticos, dentre outros princípios fundamentais. Nesse sentido, atuando no campo das diferentes políticas sociais – saúde, assistência social, educação, previdência social, etc. – o Assistente Social tem por objetivo viabilizar os direitos da população.

Entende-se que o profissional de Serviço Social atua num campo onde sua prática é tensionada tanto pela finalidade pelo qual foi requisitado historicamente (criar consensos na sociedade) como também pelos preceitos contidos no Projeto Ético-Político da profissão.

No entanto, quer atuando no sentido de criar consensos no contexto das relações sociais, quer atuando no sentido de contribuir para a construção de uma contra-hegemonia, o Serviço Social é uma profissão de cunho educativo, cuja prática, portanto, desempenha uma função pedagógica que pode estar tanto vinculada à manutenção da ordem posta como também numa perspectiva emancipatória, conforme nos coloca Abreu (2002).

Neste sentido, entende-se que o desenvolvimento de uma ação interventiva pautada numa pedagogia emancipatória constitui-se a partir de dois elementos fundamentais: a participação e a democracia.

Conforme Chauí (1996) a democracia é apreendida aqui não como reduzida a um regime político, baseado na idéia de participação da escolha de representantes, mas no sentido de que a democracia é um elemento que dá condição para a instituição de direitos ao

considerar “o conflito legítimo e legal, permitindo que seja trabalhado politicamente pela própria sociedade” (CHAUI, 1996, p. 431). Nesse processo, a participação é ponto fundamental, pois sem participação não há democracia.

Colocando essas idéias para o campo de intervenção do Serviço Social, o Assistente Social, na dimensão educativa que tem o seu trabalho, desenvolve uma pedagogia emancipatória ao potencializar (através da informação, da conscientização) a participação dos usuários nos mais diferentes espaços de decisões e na luta pela efetivação de direitos.

Além disso, acredita-se que superar uma pedagogia conformadora implica em visualizar e realizar uma intervenção profissional que ultrapasse o simples enfrentamento da questão social; que pelo contrário, se proponha a sua superação. Para tanto é necessário pensar e refletir as mediações que permeiam as relações cotidianas, as quais nos possibilitam apreender a totalidade, uma vez que sem a apreensão do todo não há um verdadeiro enfrentamento da questão social, pois conforme coloca Pontes (1995, p. 181), “as mediações funcionam como condutos por onde fluem as relações entre as várias estâncias da realidade. São elas que possibilitam conceber-se a realidade como totalidade”.

A importância de apreender as mediações que tecem a trama social é fundamental para o Assistente Social na medida em que este profissional “atua com e nas mediações que infibram as refrações da questão social constitutivas das demandas sociais à profissão” (PONTES, 1995, p. 177). A não apreensão da rede de mediações leva a singularização das demandas postas ao Serviço Social, as quais são atendidas na esfera da imediatividade, impossibilitando assim uma ação interventiva emancipatória.

Estas questões são importantes serem abordadas na medida em que a relação escola-família expressa várias mediações que se colocam no contexto da sociedade.

Neste sentido, o Assistente Social é um articulador do sistema de mediações, que ao inserir-se no espaço escolar tem inúmeras possibilidades interventivas que podem, no cotidiano da sua prática educativa, potencializar e construir propostas emancipatórias. Assim, são essas possibilidades de intervenção do Assistente Social no espaço escolar que procura-se trabalhar no próximo item.

2.2. O Serviço Social no Espaço Escolar: possibilidades de atuação

A escola, como instituição formal de ensino, deve ser compreendida como parte integrante de um todo social, e que por isso traz consigo as contradições da própria sociedade. Como instituição social ela exerce a função de socializar os conhecimentos historicamente construídos articulando-os com a realidade social (problemas e/ou necessidades sociais), com a finalidade de instrumentalizar o sujeito à compreender e intervir na realidade.

A escola, ao constituir-se como um espaço de contradições, pode ser vista como

um locus rico de possibilidades de ações interventivas, na direção do fortalecimento da democracia e da conquista da cidadania. Este contexto confere ao Serviço Social um papel relevante, pois apresenta-lhe demandas com as quais trabalha no seu cotidiano (MARTINS, 2001, p.01).

Sabe-se que a escola enfrenta problemas tais como o baixo rendimento dos educandos, o desinteresse pelo aprendizado, a evasão escolar, atitudes e comportamentos agressivos, etc. No entanto, segundo Bressan (2000, p. 11),

estes indicadores não se constituem em fatores exclusivamente relativos à escola, e sim fatores que estão aliados a outras formas de expressão dos problemas de âmbito social enfrentados pelo educando e sua família.

Quer dizer, além do funcionamento da própria instituição escolar, estes problemas são decorrentes do contexto mais amplo da sociedade. São, portanto, problemas relacionados à carência econômica, condições de vida precária, trabalho precoce, violência na família, entre outros. Observa-se, assim, a forte presença das múltiplas expressões da questão social que invadem o cenário escolar, trazendo uma gama de dificuldades para consubstanciar de forma adequada o processo ensino-aprendizagem, uma vez que existe certa dificuldade entre diretores, professores e funcionários de apoio em lidar com os problemas sociais que operam no cenário escolar e sua decodificação. Assim,

considerando que é nesse contexto que se estabelece o trabalho do assistente social, ou seja, na apreensão da questão social e suas múltiplas expressões e na compreensão de como ela é experienciada pelos sujeitos em suas vidas cotidianas, pode-se afirmar que esse profissional tem plenas condições de mediatizar a problemática que se evidencia no espaço sócio-educacional. Tal afirmação baseia-se no fato de que o assistente social possui uma bagagem teórico-metodológica que lhe permite elaborar a interpretação crítica do seu

contexto de trabalho e relacioná-lo à estrutura e conjuntura, potencializando o seu espaço ocupacional, negociando, articulando propostas que viabilizem a qualidade e a abrangência dos serviços prestados pelas políticas sociais (MARTINS, 2001, p.28).

Observa-se no contexto das escolas, a existência de demandas sociais que podem ser mediatizadas pela intervenção do Assistente Social, o que confirma a este profissional um espaço sócio-ocupacional dentro da divisão sócio-técnica do trabalho educacional, especificamente na escola pública, que pode ser ocupado pela profissão.

Além disso, a escola é também um espaço de expressão e reprodução das contradições sociais, econômicas, políticas e culturais, como a reprodução de preconceitos e as relações de poder expressas, sobretudo, na dificuldade de implementar uma gestão participativa e democrática na escola. Em contrapartida, a educação e a instituição escolar guardam em si a possibilidade de contribuir para mudanças significativas na sociedade, se as considerarmos como espaços fundamentais para a ampliação da cidadania e fortalecimento da democracia.

Diante destas questões, destaca-se que a intervenção do profissional de Serviço Social nas escolas contribui significativamente no trato dos problemas e desafios postos nestes espaços institucionais, sobretudo porque o

Serviço Social como profissão tem uma dimensão educativa que, frente às mudanças sociais, pode desenvolver um trabalho de articulação e operacionalização, de interação em equipe, de busca de estratégias de proposição e intervenção, resgatando a visão de integralidade e coletividade humana e o real sentido da apreensão e participação do saber. (SOUZA, 2004, p. 02)

Acredita-se que os problemas que se expressam na escola, seja a evasão ou baixo rendimento escolar, agressividade, etc., são questões de grande complexidade que precisam necessariamente de uma intervenção conjunta de educadores, assistentes sociais, psicólogos, entre outros. Nesse sentido, entende-se que a prática interdisciplinar

aparece neste contexto como uma das possibilidades de instrumentalizar os profissionais a interagir em equipe de forma mais coerente e eficiente, conjugando esforços, ampliando o raio de análise e de ação face a uma realidade sempre pronta a nos desafiar (BARBIANI apud ALVES, 2004, p.05).

Assim, o Assistente Social enquanto um profissional da equipe interdisciplinar e que tem nas relações sociais seu eixo de atuação, faz da prática sócio-educativa o eixo-básico de sua intervenção.

O Serviço Social no âmbito da escola contribui com a realização de estudos da realidade social, visando principalmente a criação de um banco de dados de natureza sócio-econômica. Esses estudos são entendidos como um instrumento fundamental para nortear os processos de planejamento e gestão do Serviço Social, o que possibilita a sua articulação com outras políticas setoriais⁹. Além disso, para a escola, conhecer a realidade sócio-econômica das famílias dos educandos atendidos por ela é importante não só para caracterizar a população escolar, como também para indicar possíveis alternativas à problemática social vivida por muitos alunos (desemprego dos pais, trabalho precoce, etc.), e que se refletem no cotidiano escolar, e que uma vez identificadas possibilitam a proposta de ações que poderão repercutir na melhoria da vida escolar da criança.

O Assistente Social na escola pode atuar ainda no processo de inclusão de crianças e adolescentes em idade escolar no sistema de ensino, garantindo assim o direito à educação bem como a permanência do educando na escola.

Além disso, Bressan (2000) sintetiza que o Serviço Social na escola contribui na formação permanente dos educadores, sobretudo no sentido de ampliar a visão dos mesmos sobre o educando para além do pedagógico, possibilitando a construção de um olhar que contemple a dimensão sócio-familiar das crianças e adolescentes. Participa do processo de elaboração e operacionalização do Projeto Político Pedagógico da escola, incentivando, principalmente, uma gestão democrática e participativa da mesma, bem como na elaboração e execução de programas que visem prevenir a violência, o uso de drogas e alcoolismo, DST's e Aids, discutir sobre sexualidade, meio ambiente, entre outras temáticas, que apesar de se constituírem temas curriculares, não são trabalhados e amplamente discutidos na escola, principalmente pela falta de formação e preparo de grande parte dos professores .

No que se refere a relação escola-família, o Assistente Social se coloca como um importante articulador desta relação, elaborando e executando programas de orientação sócio-familiar, realizando visitas às famílias com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio-familiar do educando, de forma a possibilitar assisti-lo e encaminhá-lo

⁹ A articulação com a rede de serviços é fundamental na medida em que o atendimento de diversas demandas exige contatos e encaminhamentos com diferentes setores, sejam eles de âmbito governamental, de organizações do terceiro setor ou outras instituições e organizações. Entende-se assim que o Assistente Social atua na articulação com a rede de serviços visando o atendimento das demandas sociais postas no contexto escolar.

adequadamente. Em muitos momentos do seu ciclo vital, a família passa por problemas e situações que a desafiam, sobretudo no atual contexto sócio-econômico em que vivemos. Diferentes fatores têm sido causas de estresse nas famílias: desemprego, violência, alcoolismo, etc., e pelo fato de esta ser compreendida de maneira sistêmica, todos os seus componentes são atingidos pelos problemas e conflitos que são vivenciados, colocando toda a família em situação de vulnerabilidade, o que conseqüentemente influencia também no desempenho escolar do educando.

Nesse sentido, pode-se apontar uma contribuição fundamental do Serviço Social ao encaminhar as famílias aos serviços sociais e assistenciais, sobretudo no que se refere aos programas de transferência de renda (Bolsa Família, Bolsa PETI), que muitas vezes são necessários aos educandos da rede pública de ensino que apresentam dificuldades financeiras, contribuindo para a efetivação do seu direito à educação (BRESSAN, 2000).

As ações de assistência social, desenvolvidas na escola pelo Serviço Social, são contribuições fundamentais na medida em que são entendidas como um direito de cidadania, uma política de inclusão que tem como horizonte a redução das desigualdades, apesar da dificuldade de assim se consolidarem, devido ao fato de que, historicamente no Brasil, as ações assistenciais foram desenvolvidas sob a ótica da filantropia e da benemerência, conforme afirma Sposati (1989).

O Assistente Social, nesse sentido, atua na gestão de programas federais (Bolsa Família, PETI), que apesar de conterem limitações, são importantes para famílias que passam por situação de vulnerabilidade econômica, sobretudo por causa do desemprego e da baixa qualificação profissional, pois diante dessa situação tais famílias necessitam de uma renda que lhes ajude no provimento de suas necessidades básicas, bem como da proteção à infância e juventude nos casos em que crianças e adolescentes encontram-se em situação de trabalho.

Conforme visto no capítulo anterior, a escola, historicamente, se constituiu como um agente normalizador e disciplinador das famílias, colocando-se sempre numa posição de desqualificação da instituição familiar.

Atualmente, percebe-se que na prática cotidiana da escola, o discurso que desqualifica as famílias dos educandos, colocando-as como “desestruturadas”, é algo recorrente. A família não é chamada à escola para discutir a proposta pedagógica da mesma, por exemplo, mas apenas para ouvir reclamações à respeito do filho indisciplinado, com baixo rendimento e sobre o qual é preciso uma ação efetiva da família.

Assim, acredita-se que ao se colocar como um articulador da relação escola-família, o Assistente Social, pautado numa ação sócio-educativa emancipatória, poderá desenvolver

processos que possibilitem a construção de uma relação mais eqüitativa entre estas duas instituições.

Por um lado, um trabalho de atendimento e orientação familiar, bem como visitas às famílias dos educandos e a realização de estudos da realidade social visando a apreensão do contexto de vida das famílias, poderá contribuir para construção de uma visão diferenciada em relação às mesmas por parte da escola, no sentido de compreendê-las a partir de um contexto social mais amplo. Este é um elemento que se entende como sendo fundamental para uma escola que pretende a emancipação dos sujeitos através da sua prática educativa. É portanto indispensável que a escola *conheça* os alunos e as famílias com as quais lida, procurando saber quais são as suas dificuldades, seus planos, seus medos e anseios, enfim, as características que marcam a trajetória de cada família e conseqüentemente do educando que a escola atende, uma vez que estas são informações fundamentais para identificar demandas e construir propostas educacionais compatíveis com a realidade dos alunos. Conforme coloca Rodrigues (2004, p. 01),

família e escola são pontos de apoio e sustentação ao ser humano; são marcos de referência existencial. Quanto melhor for a parceria entre ambas, mais positivos e significativos serão os resultados na formação do sujeito. A participação dos pais na educação formal dos filhos deve ser constante e consciente. Vida familiar e a vida escolar são simultâneas e complementares.

Daí a importância de estabelecer um diálogo efetivo e participativo entre as famílias e a escola, uma vez que é de suma importância que ambas compartilhem experiências, que entendam e trabalhem questões que envolvem o seu dia-a-dia.

Por outro lado, o Assistente Social, através de uma prática sócio-educativa, poderá atuar no sentido de criar condições para uma maior democratização da gestão escolar (APP's e Conselhos Escolares, por exemplo) e participação da família na discussão da proposta pedagógica da escola, grupos de pais, etc., estimulando assim, aprendizados e a vivência de processos democráticos, pois conforme é colocado por Lima (2003, p.63),

para que a escola passe a ser uma instituição democrática faz-se necessário a assimilação dos agentes educacionais do que seja a construção do processo democrático no cotidiano da escola. [...] A gestão democrática do ensino público tem se constituído um grande desafio que inclui a autonomia, participação e decisão compartilhada com todos os atores que convivem no espaço escolar.

Nesse sentido, diante da dificuldade que a escola tem de implementar uma gestão democrática, é que se vislumbra uma importante contribuição do Serviço Social nas escolas ao atuar no processo de conscientização acerca da importância da participação dos diferentes sujeitos (direção, professores, educandos, famílias, funcionários) para pensar o cotidiano da instituição escolar.

Atualmente, apesar da inserção do Assistente Social nas escolas (especialmente as públicas) se dar de maneira bastante tímida, este é um espaço de atuação que precisa ser ampliado, principalmente se for considerado suas possibilidades interventivas, isto é,

o trânsito pelas vias com as quais a ação profissional do assistente social se espraia – nas relações sociais no âmbito da equipe de profissionais da escola; nas relações institucionais, articulando as diferentes políticas sociais – e a proximidade da relação que o profissional pode estabelecer com a população usuária da escola pública, poderá rearticular partes fragmentadas e isoladas, facilitando o exercício da função social da escola (MARTINS, 2001, p. 29).

No atual contexto é fundamental o fortalecimento da relação escola-família, não no sentido de colonização de uma sobre a outra, mas no sentido de construir práticas complementares democratizantes entre estas duas instituições, o que pode se constituir em contribuição do Serviço Social.

CAPÍTULO III

A PRÁTICA PROFISSIONAL NO COLÉGIO MARISTA E MUNICIPAL SÃO JOSÉ: um trabalho voltado às famílias

Neste capítulo procura-se refletir sobre a prática do Serviço Social no espaço escolar através da experiência profissional da Assistente Social do Colégio Marista e Municipal São José, a qual é trazida neste trabalho por meio da textualização.

Parte-se da análise do espaço sócio-institucional onde se desenvolve esta prática, bem como o lugar do Serviço Social nesta instituição. Posteriormente, traz-se a narrativa da Assistente Social acompanhada de uma análise dessa narrativa procurando refletir as ações desenvolvidas pelo Serviço Social e que se referem à relação escola-família.

3.1. O Colégio Marista e Municipal São José: conhecendo o espaço sócio-institucional

O Colégio Marista e Municipal São José – CMMSJ – está localizado na Rua Nossa Senhora dos Navegantes, s/n, no Loteamento Jardim Zanellato, Bairro Serraria, Município de São José, Santa Catarina. Caracteriza-se por ser uma instituição sem fins lucrativos, constituindo-se em uma obra social do Instituto Marista¹⁰ (Irmãos Maristas), sendo considerada desta forma uma entidade de assistência social, conforme o artigo 3º da LOAS: “consideram-se entidade e organizações de assistência social aquelas que prestam, sem fins

¹⁰ O Instituto Marista foi idealizado pelo Padre Marcelino José Bento Champagnat, época em que fazia parte do seminário maior em Lion, na França. “A idéia da Sociedade de Maria germinou, concebida e desenvolvida por um grupo de seminaristas do qual Marcelino Champagnat fazia parte. Desde o início, expressou a sua convicção de que a Sociedade deveria incluir Irmãos Educadores para trabalhar com as crianças da zona rural, desprovidas da oportunidade de uma educação cristã e das quais ninguém se ocupava”. (COMISSÃO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO MARISTA (1995-1998). Missão Educativa Marista – um projeto para o nosso tempo. 3.ed. São Paulo: SIMAR, 2003, p. 26)

Em 2 de janeiro de 1817, ao acolher dois jovens do campo, fundou o Instituto dos Pequenos Irmãos de Maria, conhecidos como Irmãos Maristas. Os primeiros Irmãos eram do campo e, em sua maioria, tinham entre 14 e 18 anos. A Sociedade de Maria foi reconhecida em 1836 pela Santa Fé, com o lema “Tudo a Jesus por Maria, tudo a Maria para Jesus”.

lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos” (BRASIL, 2005, p.01).

A instituição presta serviços de ensino regular, tendo como área de abrangência o município de São José, mais especificamente a comunidade Jardim Zanellato e adjacentes.

Por volta do final do ano de 1995, sentindo a necessidade de ter uma obra social para o uso do recurso da filantropia dos Colégios Maristas, a antiga Província Marista de Santa Catarina (UCE), designou alguns Irmãos, na época, para procurar na região de Florianópolis e municípios próximos (Biguaçu, São José e Palhoça), um local para a aplicação desses recursos. Para tanto, alguns critérios deveriam ser atendidos, como:

- A comunidade escolhida deveria ser carente de recursos econômicos, sociais e educacionais;
- A autoridade pública municipal deveria aceitar a parceria dos Irmãos Maristas;
- Deveria existir, na comunidade, um prédio cuja estrutura fosse apropriada para o funcionamento da instituição educativa.

Após visitar várias localidades e ter contatos com órgãos públicos destes municípios, os Irmãos constataram que em São José, no bairro Serraria, havia um loteamento chamado Jardim Zanellato que se enquadrava nos critérios pré-estabelecidos. Nesse local estava em construção um colégio municipal, cujas aulas deveriam iniciar no próximo ano letivo.

Assim, o Colégio Marista e Municipal São José é fundado em 14 de fevereiro de 1996, mediante convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de São José e a União Catarinense de Educação (UCE).

De acordo com o convênio firmado, cabe à Prefeitura Municipal de São José a disponibilização do espaço físico, a construção do prédio, a merenda escolar, enquanto que a UCE é responsável pela manutenção dos aspectos físicos da instituição, dos recursos materiais e humanos e pela ideologia e métodos pedagógicos. É importante destacar aqui que esta instituição é duplamente financiada com recursos públicos, no caso primeiro com a isenção de tributos fornecida ao Instituto Marista e em segundo com a verba municipal destinada à manutenção do espaço físico e a compra da merenda escolar.

O CMMSJ constitui-se como um dos 69 colégios de educação marista no Brasil. Até o ano de 2002, a mantenedora do Colégio Marista e Municipal São José e dos demais colégios maristas pertencentes à Província de Santa Catarina é a UCE. Com a assinatura de um acordo de junção entre as Províncias Maristas de Santa Catarina (UCE) e de São Paulo (ABEC) em 2002, tem origem a Província Marista do Brasil Centro-Sul, a qual faz parte do Instituto Marista.

O primeiro ano letivo do Colégio teve início no dia 11 de março de 1996, atendendo aproximadamente 671 educandos distribuídos nos períodos matutino, vespertino e noturno, sendo 04 turmas do Pré III da Educação Infantil e no Ensino Fundamental, 13 turmas de 1ª a 4ª série e 6 turmas de 5ª a 8ª série.

No ano seguinte aconteceu a estruturação e implementação do Movimento EDA/REMAR¹¹ e com ele a presença dos jovens Irmãos que cursavam o curso de Ciências Religiosas e desenvolviam suas atividades de estágio no CMMSJ, ministrando aulas de Ensino Religioso de 5ª a 8ª séries e aulas de canto da Educação Infantil a 4ª série.

Em 1998 foi criada a Associação de Pais e Professores (APP) e os setores de Orientação Disciplinar, Orientação Religiosa e de Esportes. Até então, a equipe técnico-administrativa era formada somente pela Direção, Coordenação Pedagógica e Serviço Social, esse último pelo conhecimento da realidade das famílias, suas condições sócio-econômicas e matrícula de alunos novos. É importante destacar aqui que o Serviço Social se faz presente na instituição desde sua fundação, em 1996.

Em 1999, o CMMSJ contava com 863 educandos. Neste ano o Colégio recebeu, pela primeira vez o repasse do FNDE destinado às APP's das escolas públicas, sendo que o recurso foi investido em melhorias do Colégio e aquisição de aparelhos eletro-eletrônicos.

No ano 2000 teve início a elaboração da primeira versão do Projeto Político Pedagógico (PPP) do CMMSJ, o qual foi estudado pela comunidade escolar, em 2001.

Em 2003 foram constituídos, pela recém criada Província Marista do Brasil Centro-Sul, os Grupos de Trabalho (GT's) para alinhar e reestruturar seus diversos setores, entre eles o Serviço de Assistência Social (SAS) que ganhou maior visibilidade e autonomia.

Diante disso cada unidade, assessorada pela equipe do Setor de Assistência Social, realizou sua avaliação institucional, o que no CMMSJ aconteceu a partir do segundo semestre de 2004. Com a avaliação institucional, criou-se uma Equipe Gestora formada pela Direção e pelos setores pedagógico, social e pastoral, a qual passou a conduzir, respaldadas pelo Setor de Assistência Social, a implantação das mudanças (contratação e remanejamento de recursos humanos, alterações no espaço físico, etc.) vistas como necessárias naquele momento.

Uma mudança bastante significativa foi novamente a junção das salas dos setores pedagógico, social e pastoral, visto que o CMMSJ está num processo de construção de uma visão mais aberta – sócio-educativa – realizando estudos voltados para esta linha de ampliação da relação família-escola-comunidade, priorizando o protagonismo, a solidariedade

¹¹ Os movimentos Embarcações da Amizade e Renovação Marista são trabalhos de grupos de jovens.

e a cidadania dos agentes da comunidade educativa do Colégio e a cooperação entre os mesmos. Para isso elaborou-se o Plano Sócio-Educativo que busca somar a visão pedagógica à visão social, numa idéia de complementação.

Atualmente o Colégio Marista e Municipal São José conta com 906 educandos, 56 professores e 17 funcionários.

Além do que determinam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96) e a Lei do Sistema Educacional de Ensino de Santa Catarina (Lei 170/98), o Colégio Marista e Municipal São José tem por finalidade precípua formar *bons cristãos e virtuosos cidadãos*, conforme o fundador dos Irmãos Maristas, Pe. Marcelino José Bento Champagnat.

Diante disso, o CMMSJ considera em sua proposta educativa os seguintes princípios:

- o homem é um ser social, vocacionado à liberdade e à transcendência;
- o homem é agente-sujeito da história;
- a história é um fenômeno dinâmico.

Esta proposta tem por objetivo a abertura de novos espaços de participação e expansão de iniciativas que integrem escola-família-sociedade, capazes de propiciar a vivência democrática, espaços de participação e um processo permanente de discussão, reflexão e busca de soluções dos problemas do processo ensino-aprendizagem no CMMSJ.

No que tange ao objetivo da instituição, esta tem como meta principal “oferecer uma educação onde a fé e a cultura se harmonizem, desenvolvendo a solidariedade e a consciência crítica nos alunos, para construir uma sociedade mais justa e fraterna”¹².

Em relação a comunidade onde está inserido o CMMSJ, pode-se destacar que o Loteamento Jardim Zanellato e os adjacentes são loteamentos novos que ainda encontram-se em fase de estruturação. Residem neste loteamento famílias que migraram sobretudo de outros estados e das regiões oeste e serrana de Santa Catarina. Estas famílias sofrem muitas necessidades e problemas tais como a pobreza material, desemprego, enfermidades, falta de opções de lazer, precariedade de infra-estrutura e saneamento básico, dependências químicas, etc.

Em 1999 a Prefeitura Municipal de São José realizou uma pesquisa na comunidade objetivando o levantamento de moradores de área de risco para intervenção do Programa Habitar Brasil – BID¹³, tendo em vista que o loteamento possui encostas com acentuada

¹² Colégio Marista e Municipal São José. Projeto Político Pedagógico, 2003.

¹³ O Banco Interamericano de Desenvolvimento é uma instituição financeira criada em 1959, cujo objetivo é contribuir para o progresso econômico e social da América Latina e do Caribe mediante a canalização de seu capital próprio de recursos obtidos no mercado financeiro e de outros fundos sob sua administração para

declividade na qual a vegetação local foi totalmente descaracterizada com a construção de moradias em condições precárias, impondo uma situação potencial de deslizamentos. Na ocasião foram cadastradas 470 famílias que ocupavam terrenos em situação irregular.

Com o reassentamento destas famílias, em outubro de 2003 para o loteamento Morar Bem I, algumas ações foram implementadas e as condições de moradia foram transformadas. Houve uma significativa melhoria na qualidade de vida desta população, que era desprovida de condições básicas de sobrevivência.

No projeto Morar Bem I, o CMMSJ constituiu-se como um parceiro, um elo entre o Programa e a comunidade, envolvendo e estimulando a participação da mesma na busca de soluções e melhorias, através de reuniões com lideranças do bairro e com a comunidade de modo geral, para discutir as propostas do Programa e as expectativas e necessidades da comunidade.

O CMMSJ, sendo uma escola de ensino regular atende atualmente 906 educandos, da Educação Infantil à 8ª série, cuja faixa etária varia de 06 a 16 anos. Estão ligadas diretamente ao Colégio (por terem filhos nesta escola) cerca de 630 famílias.

A população usuária do CMMSJ apresenta um perfil de carência sócio-econômica. Como já citado, grande parte das famílias vem do oeste e região serrana de Santa Catarina como também de outros estados, que migram em busca de melhores condições de vida.

Entretanto, 70% das famílias vivem em condições de pobreza, e 30% são de classe baixa.¹⁴ A renda familiar provem do trabalho informal, biscates e subempregos que não garantem uma estabilidade para o sustento da família, ocasionando momentos de dificuldades, seja na alimentação, no vestuário, saúde, entre outros (CMMSJ, 2003, p. 23).

As famílias apresentam vários arranjos: nuclear, monoparental, reconstituída, etc. Grande parte delas é católica, sendo que freqüentam constantemente às missas e cultos, tornando a crença religiosa um dos únicos meios de relacionamento com outras pessoas, uma vez que o bairro não proporciona formas de lazer.

Diante desta realidade, muitas famílias encontram-se em situação de vulnerabilidade econômica, social e emocional, desencadeando situações de conflitos, dificuldades relacionais, etc.. Estes problemas influenciam diretamente a vida da criança e com isso seu desenvolvimento e aproveitamento na escola.

financiar o desenvolvimento nos países prestatários; complementar os investimentos privados; e prover assistência técnica para a preparação, financiamento e execução de projetos e programas de desenvolvimento.

¹⁴ Dados do Projeto Político Pedagógico do CMMSJ de 2003.

Assim, muitas são as demandas postas ao CMMSJ, entre as quais destacam-se os constantes pedidos de matrículas; famílias com dificuldades econômicas que buscam na escola através do serviço social ações para amenizar tal situação; problemas de relacionamento e aprendizagem dos alunos em decorrência dos conflitos e dificuldades que vivenciam/ sofrem em casa e na comunidade tais como negligência, violência doméstica e urbana, trabalho precoce, situação de miséria e condições de vida precária, envolvimento com drogas; etc.

No que tange a articulação com outras instituições e políticas setoriais, é importante colocar que sendo o CMMSJ uma entidade de assistência social cujo serviço prestado é oferecer ensino formal às crianças e adolescentes da Educação Infantil e Ensino Fundamental, temos já aí uma relação entre a política de assistência social e a política educacional. Dessa forma, ao mesmo tempo em que segue as diretrizes previstas na LOAS, o CMMSJ organiza-se enquanto uma instituição de ensino, seguindo assim as determinações da política educacional nas três esferas de governo.

Articula-se com diversos órgãos e serviços da rede, tais como o Conselho Tutelar, o Centro de Saúde da Comunidade, hospitais, fórum, Igreja, programas de jornada ampliada, programa de benefício de prestação continuada, programas de terapia familiar e atendimento psicológico, encaminhamento para profissionalização e emprego (PROMENOR, SINE, SENAI), etc. Tal articulação se dá muito em virtude do atendimento e do trabalho realizado com as famílias através do setor de Serviço Social, o que se constitui em diferencial em relação à outras instituições de ensino gratuito.

O planejamento institucional no CMMSJ pauta-se no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei Orgânica da Assistência Social, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nos Parâmetros Curriculares Nacionais, e nas diretrizes do Conselho Municipal de Educação.

O CMMSJ possui, desde o ano 2000, o seu Projeto Político Pedagógico (PPP), o qual é revisto constantemente e que se constitui como planejamento geral da escola.

Na ocasião da elaboração da sua primeira versão, o PPP foi discutido com toda a comunidade escolar, envolvendo pais, alunos, professores, funcionários, etc., de modo que todos pudessem, de alguma forma, contribuir com o Projeto imprimindo a este uma natureza coletiva.

No que tange ao processo de avaliação das ações desenvolvidas pela escola, sejam elas pedagógicas, sociais, etc., a escola busca envolver os pais, sobretudo através de reuniões.

Em relação aos programas desenvolvidos no CMMSJ, estes seguem as orientações e diretrizes organizadas pela Província Marista do Brasil Centro-Sul. Estas orientações norteiam os eixos nos quais as instituições vinculadas a esta Província podem e devem desenvolver ações.

Atualmente estão sendo desenvolvidos no Colégio Marista e Municipal São José o Programa Família, com o projeto “Pais na Escola”; o Programa de Formação Continuada, com os projetos “Formação dos educadores maristas na visão sócio-educativa” e “Funcionários Maristas”; o Programa de Ação Comunitária, com o projeto “Valorização Humana e Sustentabilidade” e o projeto “Monitores do Recreio”, e finalmente o Programa de Qualificação Profissional, com o projeto “Investir Vale a Pena”.

A partir de alguns aspectos levantados anteriormente, pode-se perceber que neste espaço sócio-institucional havia/ há a existência de germes para a realização do trabalho do Assistente Social, inclusive no que se refere a sua intervenção com as famílias dos educandos. Essas possibilidades objetivas podem ser percebidas no desenvolvimento da política de assistência social neste espaço, bem como a própria dinâmica da instituição que busca a interação escola-família-sociedade, através dos eixos (programas) para a criação de projetos, por exemplo. Este fato, no entanto, não minimiza o trabalho realizado pelo Assistente Social no CMMSJ, mas apresenta-se como uma possibilidade concreta para desenvolver uma prática interventiva mais ampla.

3.2. O Serviço Social no Colégio Marista e Municipal São José

O Serviço Social no CMMSJ faz-se presente desde a fundação da escola, atuando na perspectiva de propiciar ao educando as condições necessárias para o seu desenvolvimento integral, buscando o resgate e efetivação da sua cidadania.

O Serviço Social do Colégio Marista “tem por objetivo atender e orientar os alunos com problemas sociais, sejam estes na escola ou na família, procurando um encaminhamento que possibilite uma melhoria no seu cotidiano. Tem por objetivo também encaminhar providências e prestar orientação social à comunidade sobre os programas sociais disponíveis, democratizando o acesso a estes”¹⁵.

¹⁵ Colégio Marista e Municipal São José. Setor de Serviço Social. 2005.

Conforme o Projeto Político Pedagógico da escola, compete ao Serviço Social:

1. Acompanhar e registrar o atendimento realizado;
2. Formar grupos para trabalhar as situações-problemas da comunidade coletivamente;
3. Envolver a participação dos pais ou responsáveis em atividades internas e externas;
4. Promover e organizar material necessário para projetos, reuniões, palestras, cursos relacionados ao trabalho com antecedência;
5. Fazer o cadastro da Entidade nos Conselhos de Assistência Social e Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
6. Encaminhar relatórios semestrais e anuais para o Setor de Assistência Social (SAS);
7. Participar da elaboração do Plano Sócio Educativo;
8. Sistematizar e encaminhar o relatório mensal descritivo de atividades do Serviço Social;
9. Seguir as políticas de ação do SAS;
10. Atuar frente a problemas de faltas dos educandos quando solicitado pelo Assessor Pedagógico;
11. Representar a Unidade no Conselho de Assistência Social e demais Conselhos;
12. Zelar pelo ambiente utilizado no desenvolvimento das atividades;
13. Recolher dados junto ao Setor Pedagógico para a montagem do Relatório Filantrópico;
14. Planejar as atividades a serem desenvolvidas em sua ausência;
15. Participar da organização e desenvolvimento de atividades coletivas (Festas, Eventos, Celebrações, etc.);
16. Conhecer a realidade/contexto (mapear e diagnosticar a realidade) onde a escola está inserida;
17. Representar a Unidade e contribuir com as diferentes instituições locais e externas;
18. Trabalhar com as famílias e comunidade local, otimizando os recursos disponíveis da rede (Cidade da Criança, Hospitais, Posto de Saúde, SEMSJ);
19. Elaborar planos de ação, desenvolvendo programas e projetos;
20. Sistematizar as ações do Serviço Social;
21. Ter clareza da missão institucional e estar comprometido com a mesma;

22. Articular (facilitador, negociador) as relações sociais entre os diversos atores (internos e externos);
23. Propiciar a captação de recursos e parcerias (voluntariado);
24. Fazer a entrevista com as famílias dos educando para a inserção dos mesmos na unidade;
25. Realizar visitas domiciliares;
26. Supervisionar estagiários de Serviço Social;
27. Oferecer subsídios técnicos aos demais setores, quando solicitado;
28. Coordenar a gestão de voluntariado (supervisionado pelos diversos setores);
29. Participar do processo de recrutamento e seleção de colaboradores;
30. Participar da elaboração do Plano Orçamentário;
31. Participar das atividades de formação continuada dos educadores;
32. Contribuir para ampliação da visão sócio-educativa dos educadores.

Como é possível observar, o Assistente Social, neste espaço, desenvolve um papel organizativo em relação a gestão da política de assistência social, informativo e sócio-educativo na relação com as famílias além de atuar no planejamento, implementação e avaliação de projetos.

De acordo com Silva (2004, p.53),

nessa prática profissional, o Assistente Social atende uma enorme variedade de demandas, e percebe o educando enquanto sujeito inserido num contexto e, como tal, não pode ser compreendido fora da realidade de sua família, comunidade e da sociedade como um todo.

Por ter esta percepção, o Serviço Social tem um importante papel no CMMSJ no que se refere à construção da visão sócio-educativa na escola, contribuindo na formação do entendimento de que o processo de aprendizagem e a forma como a criança se relaciona é fortemente influenciado pelo contexto familiar e comunitário no qual ela está inserida.

O Serviço Social no CMMSJ desempenha um papel de articulador entre família e escola, bem como com diversos órgãos e serviços exteriores à instituição escolar. No Colégio Marista, as famílias recorrem ao setor de Serviço Social em busca de encaminhamentos que possibilitem melhorias e transformações em diversas situações conflituosas e problemas decorrentes da falta de recursos financeiros, moradia, condições de saúde, etc. Frente a esta demanda, o setor social da escola tem um espaço específico para atendimento destas famílias uma vez por semana. O movimento inverso também ocorre que é quando a escola,

preocupada com o desenvolvimento do educando, recorre à família e realiza, junto com ela, um trabalho e possíveis encaminhamentos necessários para garantir a formação integral da criança/ adolescente.

No CMMSJ, o Serviço Social também tem atuado na elaboração e execução de projetos voltados tanto para os alunos e professores, bem como às famílias. São projetos direcionados para a formação (professores), qualificação profissional, sustentabilidade, e projetos que trabalham com as mais diversas temáticas que perpassam o cotidiano da escola, como por exemplo, violência, sexualidade, direito e cidadania, etc.

Para um melhor entendimento da prática do Assistente Social nessa instituição, foi escolhida a textualização enquanto um recurso de pesquisa, para dar concretude ao trabalho realizado no CMMSJ.

3.3. A Textualização como Técnica de Pesquisa

A textualização vem sendo utilizada em pesquisas como forma de concretizar a história oral ao transformá-la em texto.

De acordo com Gattaz (1996), a textualização é uma técnica onde o pesquisador lapida a fala de um entrevistado assegurando “a formação de um corpo documental a ser trabalhado” pelo pesquisador.

A importância da utilização desta técnica na realização de pesquisas reside no fato de que a transcrição literal é difícil de ser analisada como documento histórico, apesar de ser apontada por alguns pesquisadores como sendo a versão mais “fiel” do depoimento do entrevistado. Entende-se que a linguagem oral e a linguagem escrita têm valores e características diferentes. Assim, a textualização nada mais é do que “um modo de se reproduzir honesta e corretamente a entrevista em um *texto escrito*”, conforme coloca Gattaz (1996, p. 01).

A partir do que coloca Gattaz (1996), é possível apontar como sendo características da textualização, a supressão das perguntas do entrevistador, narrativa clara, texto identificado pelo leitor como originalmente falado, e, a inclusão da comunicação não-verbal (ligado à criação do teatro de linguagem¹⁶).

¹⁶ Segundo Gattaz (1996, p. 02) o teatro de linguagem é a passagem para o texto da comunicação não-verbal: a emoção insinuada através de uma careta, de um sorriso, ou de uma lágrima.

Em relação aos procedimentos metodológicos do processo de textualização, este se desenvolve de acordo com as seguintes etapas: primeiramente é realizada a entrevista, sobre a qual posteriormente é realizada uma transcrição literal da fala do entrevistado. No momento seguinte, as perguntas são incorporadas à fala do depoente; procede-se com o agrupamento temático dos parágrafos e conseqüente enxugamento da entrevista. “É o momento da *transcrição* que surge da necessidade de se reformular a transcrição literal para torná-la compreensível à leitura” (GATTAZ, 1996, p.02). Em seguida tem-se o momento de criação do teatro de linguagem. Feita a textualização, passa-se para a etapa de conferência e legitimação, ou seja, é momento em que a textualização é submetida à apreciação do entrevistado, o qual pode fazer alterações e correções que julgar necessárias, pois estando a textualização bem realizada, o esperado é que o entrevistado identifique-se no texto. Assim, o material estará pronto para ser interpretado e analisado (GATTAZ, 1996).

Cabe ressaltar que o procedimento descrito por Gattaz (1996) foi totalmente obedecido neste trabalho.

Para o desenvolvimento desta pesquisa foi entrevistada a Assistente Social Micheli K. Faustino que atua há oito anos no CMMSJ. A entrevista foi conduzida por um questionário semi-estruturado, com perguntas amplas, visando dar espaço de fala à depoente. A entrevista durou cerca de 50 minutos. Feita a textualização da entrevista, no momento de conferência e legitimação, a depoente considerou como sendo bom o resultado do trabalho realizado.

3.4. Entre Desafios e Possibilidades – a experiência profissional de Micheli K. Faustino

Apresenta-se agora a fala da Assistente Social Micheli Faustino. Sua experiência, enquanto profissional de Serviço Social numa instituição escolar, tem início em 1998 quando passa a trabalhar no CMMSJ.

Escola, lugar do Assistente Social?

Com a experiência profissional que eu tenho, eu acredito que a escola possa ser um espaço ocupado pelo Assistente Social. Eu acredito porque ter um Assistente Social na escola faz uma grande diferença. A gente vê na prática porque é através da educação que a gente consegue transformação e o

Assistente Social também visa transformação. Então pra gente entender melhor e participar desse processo de transformação, o Serviço Social pode dar a sua contribuição na escola através do acompanhamento das famílias, vendo o aluno na sua totalidade, no seu contexto, na realidade que ele está inserido, na sua história de vida... Tudo isso contribui para compreender melhor a criança, o aluno, o que contribui para essa mudança, para a transformação.

O Serviço Social e um olhar diferenciado

Então, o Assistente Social tem uma visão além da sala de aula. Porque a escola, muitas vezes, tem uma visão mais de conteúdo, de passar conteúdo para o aluno; de chamar a família quando ela quer cobrar alguma coisa, a falta de tarefa ou então mais em relação à aprendizagem. Daí o Assistente Social traz um olhar além. Ele traz um olhar de que é importante ver esse aluno não só enquanto sala de aula, não só enquanto aluno, mas enquanto uma pessoa em desenvolvimento, uma pessoa que tem uma história de vida, uma família, uma comunidade, uma realidade que vai influenciar no desenvolvimento dela. O Assistente Social, portanto, tem esse olhar mais abrangente, do todo, e ele possibilita outros profissionais a buscarem este olhar também, a ouvir mais esta criança, este aluno. A importância de ouvir e ver o que é que tem por trás desse aluno, toda a sua história. Com a junção das Províncias maristas [de Santa Catarina e São Paulo] passou a acontecer algumas mudanças, porque até então o nosso Colégio tinha uma visão de escola marista e não tinha muito uma visão de que era uma unidade social. Eu tinha essa visão, mas os demais foram adquirindo aos poucos. E quando todos viram que realmente a escola é uma unidade social, e que por isso a escola deveria estar participando nos conselhos de assistência social, o Serviço Social passou a ser mais valorizado e atuação do Assistente Social passou a ter uma maior participação não só no espaço interno da escola, como também no espaço externo.

As possibilidades de intervenção visualizadas no espaço escolar

No espaço escolar o Assistente Social tem tantas possibilidades de intervenção que até falta tempo para desenvolver tudo, porque é um trabalho que envolve famílias, envolve comunidade, envolve a criança, envolve o educador, e com cada um desses agentes pode-se propor projetos. Então é muito rico a partir do momento que a gente vê situações do cotidiano e a gente começa a propor ações com cada um, com todos esses que fazem parte do contexto educacional, da comunidade escolar a gente pode envolver. Então se desenvolve projetos com os educandos... O educando criança e o educando jovem. Pode-se propor projetos de intervenção voltados para as famílias, para as comunidades e com

os profissionais da educação. O trabalho do Assistente Social na escola perpassa todos esses seguimentos de atuação, então é um leque muito grande de possibilidades.

Um pouco do cotidiano de trabalho

Quando eu cheguei na escola, seria basicamente para atender os alunos nas suas dificuldades e encaminhar. Era mais isso... O atendimento do aluno e da família, com o objetivo de encaminhar e acompanhar. Além disso, a entrada do aluno na escola passaria pelo Assistente Social. É feita uma entrevista com a família e a vaga é autorizada conforme os critérios estabelecidos pela escola, que seriam: morar próximo da escola, ter irmãos estudando no Colégio, e também a questão sócio-econômica da família. No início, então, se fazia mais isso e aos poucos a gente foi acompanhando o processo da escola e vendo o que fazer, até porque quando eu cheguei na escola não havia nada registrado em relação ao trabalho do Serviço Social. Eu nem sabia como começar. A escola não me disse “A Assistente Social deixou isso aqui” ou “Ela fazia isso”. A escola sabia que elas tinham feito muita coisa, e então foi pelas pessoas que eu procurei saber como era esse trabalho. Então, em primeiro lugar, foi preciso organizar o instrumental de trabalho: ficha de atendimento, acompanhamento, ficha de encaminhamentos, relatórios. No início tinha realmente muitos atendimentos. O Serviço Social atendia muitos alunos, muitas famílias. Depois, começamos a desenvolver alguns projetos, até em parceria com a prefeitura, mas eram projetos mais voltados para atendimento dos alunos, por exemplo, encaminhar alunos para médico oftalmologista, otorrino, alunos com dificuldade de aprendizagem; projetos então mais voltados para encaminhamentos. Depois, a gente começou a propor alguns projetos que foi o “Cidadania”, o “Direitos e Deveres”, e passamos então a trabalhar com a conscientização dos alunos quanto à questão dos direitos, do Estatuto da Criança e do Adolescente, gravidez na adolescência e outros projetos de educação sexual. Mais tarde foi formado grupos, trabalhos de oficinas com jovens. Como na comunidade nós tínhamos muitas famílias em situação de vulnerabilidade econômica, foi criado o projeto “Solidariedade” em que eram feitas campanhas para arrecadar alimentos, roupas, e assim foi sendo construído. Depois o Serviço Social começou a propor novos projetos mais voltados à participação das famílias, então o Serviço Social foi passando por outros níveis de atuação. Nesse contexto, [escolar] o Assistente Social tem que sugerir, ele tem que propor parcerias, trabalho conjunto para ir além... E esse além pode ser tanto na escola como através de encaminhamentos externos. Então, o Assistente Social tem toda uma parceria com instituições, com a rede de serviços, onde ele pode ir buscar encaminhamentos, buscar uma parceria para algum projeto que vise melhorias, tanto para as crianças como para as famílias, a comunidade... Então ele pode propor muitas coisas. E na escola a gente vai vendo isso... Através de um atendimento a gente pode encaminhar, mas se a gente vai percebendo que as situações são

parecidas, a gente pode propor um atendimento de forma mais geral, não só individual. Propor um atendimento às famílias através de grupos, porque as situações refletivas na escola são parecidas. São conflitos, dificuldades de aprendizagem, vários tipos de violência que refletem na escola: a violência física, violência sexual, psicológica; os conflitos familiares de separação, os pais muitas vezes são usuários de drogas, o alcoolismo. São inúmeras situações que envolvem o aluno e que são refletidas na escola, e que podem ser atendidas tanto individual como coletivamente, através de reflexões, de conscientização. Então o Assistente Social tem muitas alternativas.

O trabalho com a comunidade

O Assistente Social também atua na escola onde a comunidade está inserida. Na comunidade, acho que em primeiro lugar, é criação de vínculos. O Assistente Social tem essa facilidade muitas vezes de criar o vínculo com a comunidade, de mostrar para a escola essa importância de criar o vínculo. Criando esse vínculo com a comunidade através de um bom atendimento, todo um trabalho que a gente pode fazer de tornar um relacionamento tranquilo, de ter um relacionamento com essa comunidade onde a gente está atuando, visando facilitar mesmo o atendimento. A partir do momento que a gente cria vínculos com essas famílias, cria-se uma relação de confiança, e o Assistente Social precisa disso para propor mudanças. A gente não pode propor mudanças se a pessoa não quer; então ela também precisa ver a necessidade de melhoria, pra qualidade na pessoal, na comunidade, na vida escolar do filho. Tem que ir propondo, tem que ir sugerindo, mas a pessoa tem que aceitar. Por isso, esse vínculo é fundamental, para ter essa confiança com as famílias.

Até o ano 2002 eram feitos muitos encaminhamentos para programas federais como o PETI, o Bolsa Escola na época. Nós tínhamos também, no bairro, um programa de reassentamento das famílias com o Projeto Morar Bem, o que gerou toda uma mudança na realidade de vida dessas famílias através da moradia. Esse projeto foi acompanhado pelo Serviço Social da escola, participando das reuniões que eram feitas à noite. Eram 450 famílias, então o Serviço Social era este elo entre os executores do projeto e as famílias beneficiadas.

A importância de conhecer a realidade

Acho que a gente tem que conhecer bem essa realidade através de visitas na comunidade, através de diagnósticos conhecer um pouco o perfil das famílias que a gente atende, como que é essa comunidade, o que existe nesta comunidade, quem são os atores, qual o cenário, para poder melhor atender. O Assistente Social também tem essa facilidade de conhecer e depois propor e passar isso para os demais profissionais da escola, porque, muitas vezes, as pessoas da escola estão ali, só no

interno, não conseguem olhar além. Só tem aquela visão para o interno e não sabem que ali fora tem uma comunidade, tem problemas, tem soluções também; porque a comunidade pode, ela mesma se emancipar, pode propor, pode transformar. Só que a gente também precisa apoiar essas pessoas, fazer delas parceiras. Mas se a escola estiver fechada, isso não acontece. E muitas vezes precisa acontecer isso [construir uma visão mais social] na escola mesmo; fazer com que primeiro se amplie essa visão dentro do local para depois abrir para esse espaço maior. Porque se a escola não tem essa visão, essa abertura para a comunidade, ela se fecha e não consegue criar vínculos e transformar.

Os limites que se colocam à ação profissional

O Serviço Social no espaço escolar também encontra limites. É um trabalho bem difícil. A presença do Assistente Social na escola é algo novo; assim, não que seja novo, mas é algo desafiador porque tudo parece ser mais pedagógico [sorri] e o Assistente Social precisa propor a ampliação dessa visão. Tudo que é social eles acham que é função do Assistente Social e não dos demais, então esse processo de mudança de visão é um processo um pouco demorado, porque para as pessoas entenderem essa importância leva um tempo. O Assistente Social então vai fazendo aquele trabalho de formiguinha, vai propondo, até que as pessoas acreditem que a visão social, a visão da totalidade é importante. Acho que a partir do momento que se tem essa visão se consegue trabalhar bem melhor, porque se trabalha com uma única visão. Mas o limite é esse. É conseguir com que as pessoas tenham essa visão. O Assistente Social às vezes chega na escola, na instituição já com esse olhar mais de totalidade, e percebe que as pessoas ainda tem uma visão muito limitada. Então existe a frustração... Quando que eu vou conseguir com que aquela pessoa veja que isso é importante... Conseguir fazer diferente, fazer do meu jeito; porque agente acredita que esse é um jeito que pode dar certo; que é por esse caminho. Mas ao mesmo tempo algumas pessoas meio que vão tentando construir essa visão também. Se cada um for para um lado a gente não chega a lugar nenhum, por isso tem que ser construído junto... Porque se nesse processo todo a gente consegue dizer “não, vamos unir forças”, cada um com as suas especificidades é mais fácil, até porque o trabalho interdisciplinar é importante. Cada profissional com a sua especificidade, mostrar a sua importância, o seu valor. E quando se consegue chegar a essa visão mais ampla, tudo fica mais fácil. Mas para chegar até esse ponto, muitas coisas acontecem, muitas limitações. Uma grande limitação é o trabalho com profissionais de outras áreas. Outro impasse é quando a escola propõe outras funções, porque muitas vezes surgem outras funções que são da escola, então a gente acaba abraçando junto. Sabe que não é muito a função do Serviço Social mas acaba muitas vezes tendo que fazer, porque a instituição solicita; e isso tudo vai gerando um acúmulo de funções, de tarefas. Então uma outra dificuldade é mostrar a importância de desenvolver realmente a função do Serviço Social na escola. Uma outra limitação que se coloca é fazer com que as famílias e a comunidade sejam parceiras no nosso trabalho, no trabalho da escola. Porque muitas famílias são

negligentes, existe essa dificuldade. A gente encaminha e a família não vai, não continua um acompanhamento. Então há uma grande limitação do nosso trabalho quando a família não faz a sua parte, e para dar certo, todos precisam se unir para chegar a algum lugar.

Trabalho com projetos – a realidade como base

Construir projetos para nortear o trabalho no Colégio é uma atribuição construída pelo Serviço Social mesmo, porque a escola quase não tinha projetos e a gente sabia da necessidade de se ter. Para isso, tinha que ter um planejamento mostrando um pouco o contexto da comunidade, o contexto interno, para propor. No CMMSJ o Serviço Social realmente tem essa função de propor projetos com as famílias, os educandos. A gente viu, no diagnóstico realizado, que muitas famílias não têm remuneração, muitas mães não trabalham, então foi proposto um projeto de valorização, sustentabilidade, com o objetivo de trabalhar com essas mães para que elas tenham mais dignidade, valorizem suas potencialidades e também tenham uma renda. Então, através do artesanato, elas conseguem gerar uma renda. E tudo isso partiu das visitas que o Serviço Social fez, do diagnóstico sócio-econômico, da observação, e com isso a gente percebeu que elas poderiam estar se emancipando. O mesmo aconteceu com os jovens. O Serviço Social percebeu os jovens na frente da escola, a maioria saía da escola muito cedo; às vezes começava o supletivo da prefeitura à noite e não concluíam. Aí muitas vezes a rua toma conta, eles se envolvem com o tráfico... Então o que fazer com esses jovens que não estão mais na escola, mas estão na comunidade, e que ficam na frente do Colégio parados e muitos já envolvidos com o tráfico? Então era preciso um projeto para estes jovens, até para mostrar que eles podiam estar dentro da escola. Foi pensado então no projeto “Investir Vale a Pena” e o objetivo é o de capacitar o jovem, promover um espaço onde eles viessem refletir sobre o seu contexto, projeto de vida e procurar também encaminhá-los para o mercado de trabalho. O trabalho é que poderia acabar com essa ociosidade e a gente via que o jovem queria um trabalho, mas também não tinha a oportunidade. Então entender cada um, a história de cada um, encaminhar e mostrar que a escola pode ser este espaço de transformação. Só que este projeto foi um grande desafio mesmo, porque a gente está abrindo a escola para esses jovens, e até me diziam: “tens coragem pra isso!” [sorri]. A gente está incluindo os jovens que estão numa situação de desvantagem social e também muitos excluídos. A gente vê que eles estão sendo excluídos de muitas coisas, e trabalhar com eles é mostrar que eles também tem o seu valor, a sua potencialidade e que eles podem ter uma vida diferente; que a escola pode ser este espaço também para mostrar que eles têm um projeto de vida, encaminhar, que têm caminhos que eles podem buscar. Cabe à escola ver o que está além, o que está acontecendo na frente da escola, ou nos arredores da escola e propor também essas mudanças. E é nesse movimento, que o Serviço Social tem que buscar esse espaço lá dentro, de que eles permitam a entrada de quem está lá fora.

As atribuições do Serviço Social no CMMSJ

No CMMSJ existe um conjunto de atribuições postas ao Serviço Social, são trinta e duas. Esse conjunto de atribuições foi sendo construído ao longo de um processo. Elas foram escritas quando a escola elaborou o PPP, e para isso eu escrevi em forma de atribuição as principais ações que eu desenvolvia na escola e também aquelas que eram demandas pela instituição.

Uma das atribuições do Serviço Social no Colégio é a de acompanhar e registrar o atendimento realizado. Isso é uma atribuição posta pela instituição, porque, no início, o trabalho era mais de encaminhar e acompanhar as famílias.

Uma outra atribuição do Serviço Social é envolver as famílias nas atividades da escola. No início, a participação era menor, mas com os projetos, tanto do governo federal quanto do Morar Bem, as famílias começaram a se envolver mais na escola, porque a gente chamava para encaminhar, porque era algo que estava transformando a vida deles e que tinha um bom retorno.

Compete ao Serviço Social, também, encaminhar os relatórios das ações desenvolvidas durante o semestre para o Setor de Assistência Social da província. A partir da junção das províncias, a gente passou a entender que tinha que ser um relatório de toda a escola. Então, é o Serviço Social que colhe essas informações no setor pedagógico e dos outros setores, e com isso o relatório ficou bem mais amplo, contemplando todas as ações que acontecem na escola. Com isso, o Plano de Ação da escola começou a ficar mais organizado e houve maior planejamento também, tudo sob responsabilidade do Serviço Social.

Atuar frente a problemas de faltas dos educandos também é uma atribuição nossa. Normalmente o caso é encaminhado pelo professor, o Serviço Social procura fazer este resgate, e quando se constata um caso de negligência da família, se faz o encaminhamento para o Conselho Tutelar.

Outra atribuição do Assistente Social no Colégio é a de conhecer a realidade, o contexto onde a escola está inserida, e esta é uma função bem do Serviço Social. Realizar diagnósticos, mapeamentos para mostrar realmente que comunidade é esta na qual a escola está inserida. É uma atribuição dada pela instituição, mas que também a gente sabe que é bem específica do Serviço Social.

Compete também ao Serviço Social representar a escola em diferentes instituições e o Colégio valoriza bastante o Assistente Social por isso, porque a gente acaba criando vínculos com as entidades, até porque a gente encaminha, solicita atendimento, então se cria um bom vínculo com a rede de serviços.

O trabalho com as famílias e comunidade é uma atribuição do Serviço Social que é algo bem construído. Um dia por semana a gente abre espaço para atender a comunidade, faz encaminhamentos, ouve as famílias, buscando suprir as demandas trazidas.

Comprometer-se com a missão marista é uma outra atribuição posta. A missão marista tem como objetivo não só educar, mas educar para a vida. E quando a instituição tem o objetivo de educar para a vida, ela tem que se propor a educar para que os educandos sejam cidadãos, para que tenham

reconhecido seus direitos, que ele seja protagonista porque ele tem autonomia. Então começamos a ver melhor que esse objetivo marista não era só a questão da espiritualidade, mas que era algo a mais. Champagnat, fundador dos irmãos maristas, já previa: “formar bons cristãos e virtuosos cidadãos”. A intenção não era trabalhar só a espiritualidade e os valores, mas ele queria que a criança e o jovem fossem cidadãos. E o que é ser cidadão? É resgatar esta dignidade, essa emancipação, ser sujeito da sua história. Então o Serviço Social contribui para interpretar melhor isso, essa missão institucional.

Ao Serviço Social também compete articular as relações sociais entre os diferentes atores internos e externos da escola. Nós sabemos que o Assistente Social é um mediador, um facilitador das relações. E a gente facilita as relações entre os alunos, educadores, os gestores da escola, as famílias, a comunidade, sempre buscando mediar os conflitos, mediar as ações. Então o Serviço Social sempre é uma ponte de articulação com tudo; com o interno, com o externo, com a rede serviços. Ele é ponte para facilitar essas relações.

No Colégio compete ao Assistente Social também buscar a captação de recursos e parcerias e, com isso, a gente vê a importância do Assistente Social não ficar só no interno, mas sair e conhecer a rede local externa para buscar parcerias e propor projetos a serem desenvolvidos na escola.

Realizar visitas domiciliares é outra atribuição do Serviço Social. A escola precisa conhecer essas famílias. As visitas são realizadas quando é preciso fazer alguma intervenção, algum atendimento, ou quando é preciso conhecer melhor a necessidade de determinada família. O Assistente Social realiza visitas, por exemplo, nos casos em que o aluno está faltando muito na escola, nos casos de alunos que estão vivenciando alguns conflitos. No início do meu trabalho aqui, eram feitas muitas visitas, até para criar um vínculo com as famílias e também para conhecer a realidade. Depois, as famílias já eram mais conhecidas, e a partir do momento que a gente conhece mais as famílias elas vêm até a gente, então hoje já não se realiza mais tanto, mas no início, é fundamental para conhecer bem esta realidade.

Também cabe ao Assistente Social contribuir para a ampliação da visão sócio-educativa dos educadores, como algo que veio da Província, porque houve toda uma mudança de visão, que antes era mais enquanto escola, e que agora se busca ter um olhar sócio-educativo, e com isso o Serviço Social também passa a ter uma valorização maior.

A consolidação de uma nova visão

Agora, em 2006, a escola está finalizando o seu Plano Sócio-Educativo que entra no lugar do Projeto Político Pedagógico. O PPP tem uma visão mais pedagógica, enquanto que no PSE o social ganha relevância e então coloca o pedagógico e o social no mesmo patamar de importância. Então, com essa visão sócio-educativa, muita coisa mudou e o Serviço Social conquistou espaço. E quando foi finalmente compreendido que todos deveriam ter essa visão, o Assistente Social dá um ‘ufa,

consegui!'. Agora é momento de todos terem essa visão que o Assistente Social já tinha desde o início. Em oito anos houve muita mudança e a gente percebe a importância do Serviço Social nesta mudança. Levar a escola a ter essa visão sócio-educativa é um trabalho, um processo de todo dia ir mostrando e caminhando para essa mudança. Só que a mudança não acontece da noite para o dia; é um processo longo, as pessoas vão incorporando, vai acontecendo, e a gente pode dizer que já houve muita mudança... E é isso que o Assistente Social espera.

3.5. Refletindo o Trabalho Profissional no Espaço Escolar

A partir da fala da Assistente Social do CMMSJ, pretende-se refletir sobre o trabalho desenvolvido pelo profissional de Serviço Social no espaço escolar junto às famílias. Salienta-se ainda que a fala da experiência desta profissional é rica em elementos que possibilitam muitas reflexões, mas que se aterá àquelas que se consideram mais pertinentes à proposta deste trabalho¹⁷.

Na narrativa de Micheli fica clara uma importante contribuição que o Serviço Social pode trazer quando inserido numa escola, a qual está relacionada com o conhecimento da realidade onde se insere a instituição escolar. De acordo com Iamamoto (1998) conhecer a realidade é apreender a questão social

junto a qual se pretende induzir ou impulsionar um processo de mudanças. Nesta perspectiva, o conhecimento da realidade deixa de ser um mero *plano de fundo* para o exercício profissional, tornando-se *condição do mesmo* (IAMAMOTO, 1998, p. 62).

A apreensão desta realidade, seja através da realização de diagnósticos sociais, através de visitas na comunidade e às famílias, instrumentaliza a escola para que esta possa estar atuando de forma mais coerente no seu cotidiano, quando se tem por objetivo emancipar, formar para o exercício da cidadania, pois uma escola que não toma a realidade social dos seus educandos como elemento norteador da sua prática não é capaz de gerar a possibilidade

¹⁷ Entre as questões que mereceriam análise, na fala desta experiência profissional, destacam-se a atuação no conselho de assistência social; as condições de trabalho do Assistente Social frente às demandas postas; a correlação de forças no interior da instituição, a luta pelo reconhecimento do espaço profissional e o processo de construção de legitimidade do Serviço Social no CMMSJ; a elaboração de projetos para nortear a prática profissional; a prática interdisciplinar neste espaço educacional; as atribuições postas ao Serviço Social pela instituição; entre outros pontos.

de mudança e de transformação no seio da sociedade, mas que, pelo contrário, reafirma o que está posto socialmente.

É também a percepção e conhecimento da realidade que possibilita a construção de uma visão mais ampla, a qual precisa ser fomentada no processo educacional das crianças e jovens.

O Assistente Social tem uma visão além da sala de aula. Porque a escola muitas vezes tem uma visão mais de conteúdo, de passar conteúdo para o aluno; de chamar a família quando ela quer cobrar alguma coisa, a falta de tarefa ou então mais em relação à aprendizagem. Daí o Assistente Social traz um olhar além. Ele traz um olhar de que é importante ver esse aluno não só enquanto sala de aula, não só enquanto aluno, mas enquanto uma pessoa em desenvolvimento, uma pessoa que tem uma história de vida, uma família, uma comunidade, uma realidade que vai influenciar no desenvolvimento dela. O Assistente Social, portanto, tem esse olhar mais abrangente, do todo, e ele possibilita outros profissionais a buscarem este olhar também, a ouvir mais esta criança, este aluno. A importância de ouvir e ver o que é que tem por trás desse aluno, toda a sua história¹⁸.

Esse olhar diferenciado que tem o Assistente Social é decorrente, portanto, do conhecimento da realidade social e da percepção de que o contexto de vida exerce influência sobre os sujeitos, no seu desenvolvimento. Outro aspecto importante desta fala é o fato de que o Assistente Social, enquanto profissional da escola, seria responsável por fazer conhecer a realidade social dos educandos, suas famílias, além de disseminar a visão de totalidade necessária ao processo educativo. Ainda em relação ao papel desenvolvido pelo Serviço Social na equipe profissional da escola, cabe ressaltar que

o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais não se confunde ao dos educadores. Em que pese a dimensão sócio-educativa de suas ações, sua inserção tem se dado no sentido de fortalecer as redes de sociabilidade e de acesso aos serviços sociais e dos processos sócio-institucionais voltados para o reconhecimento e ampliação dos direitos dos sujeitos sociais (ALMEIDA, 2005. p. 06).

Esta afirmativa revela-se na fala da Assistente Social do CMMSJ quando esta coloca que

O Assistente Social também atua na escola onde a comunidade está inserida. Na comunidade, acho que em primeiro lugar, é criação de vínculos. O Assistente Social tem essa facilidade muitas vezes de criar o

¹⁸ Trecho retirado da fala da Assistente Social Micheli.

vínculo com a comunidade, de mostrar para a escola essa importância de criar o vínculo. Criando esse vínculo com a comunidade através de um bom atendimento, todo um trabalho que a gente pode fazer de tornar um relacionamento tranqüilo, de ter um relacionamento com essa comunidade onde a gente está atuando, visando facilitar mesmo o atendimento. [...] Até o ano 2002 eram feitos muitos encaminhamentos para programas federais como o PETI, o Bolsa Escola na época. Nós tínhamos também, no bairro, um programa de reassentamento das famílias com o Projeto Morar Bem, o que gerou toda uma mudança na realidade de vida dessas famílias através da moradia. Esse projeto foi acompanhado pelo Serviço Social da escola, participando das reuniões que eram feitas à noite. Eram 450 famílias, então o Serviço Social era este elo entre os executores do projeto e as famílias beneficiadas¹⁹.

Outro aspecto relevante a ser apontado diz respeito às várias expressões da questão social que se expressam na escola e que não podem ser percebidas pela instituição escolar como um problema do qual ela não precisa se ocupar, podendo assim passar a responsabilidade para a família ou alguma outra instituição social. Se assim o fizer, seu objetivo em educar não está sedimentado em trabalhar com o educando na sua totalidade, buscando a sua emancipação. Percebe-se que

a escola pública e, mesmo, a particular, se vê atravessada, hoje, por uma série de fenômenos que, mesmo não sendo novos ou estranhos ao universo da educação escolarizada, hoje se manifestam de forma muito mais intensa e complexa: a juventude e seus processos de afirmação e reconhecimento enquanto categoria social, exacerbadamente, mediado pelo consumo; a ampliação das modalidades e a precoce utilização das drogas pelos alunos; a invasão da cultura e da força do narcotráfico; a pulverização das estratégias de sobrevivência das famílias nos programas sociais; a perda de atrativo social da escola como possibilidade de ascensão social e econômica; a desprofissionalização da assistência no campo educacional com a expansão do voluntariado; a gravidez na adolescência tomando o formato de problema de saúde pública e a precarização das condições de trabalho docentes são algumas das muitas expressões da questão social (ALMEIDA, 2005, p.04).

Assim, a escola enquanto um espaço que reflete as contradições e conflitos da sociedade precisa estar preparada para lidar com estes problemas.

Na fala da Assistente Social do CMMSJ, pode-se perceber ainda que o seu trabalho está sedimentado sobre dois pontos principais dialeticamente articulados. O primeiro ponto seria o trabalho de ampliação da visão dos profissionais tradicionalmente inseridos no contexto escolar, trazendo a realidade social dos educandos para este espaço; o segundo ponto, conseqüência do primeiro, seria o trabalho realizado com as famílias dos educandos,

¹⁹ Trecho retirado da fala da Assistente Social Micheli.

local privilegiado onde se busca apreender o contexto de vida da criança e do adolescente atendido pela escola. A partir disso, são realizados diversos encaminhamentos, acompanhamento das famílias, criação de projetos para o atendimento de demandas e um estímulo à presença das famílias no espaço escolar.

Ao desenvolver este tipo de trabalho com as famílias, pode-se dizer que o Assistente Social é um profissional de referência para as instituições familiares atendidas pelo CMMSJ, justamente pelo fato deste profissional se propor a conhecer a realidade de vida dos seus usuários.

No início do meu trabalho aqui eram feitas muitas visitas, até para criar um vínculo com as famílias e também para conhecer a realidade. Depois, as famílias já eram mais conhecidas, e a partir do momento que a gente conhece mais as famílias elas vêm até a gente²⁰.

Acredita-se que o trabalho voltado às famílias dos educandos (os atendimentos, acompanhamentos, projetos) foi um fator decisivo para legitimar a intervenção da Assistente Social na escola. Num processo gradativo, ela foi mostrando no interior da instituição escolar a necessidade de se construir uma visão social e educativa sobre o educando, e que para isso, conhecer as famílias, trabalhar com os conflitos vivenciados por estas, era condição fundamental.

²⁰ Trecho retirado da fala da Assistente Social Micheli.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se objetivou com este trabalho foi apontar as contribuições do Serviço Social inserido no espaço escolar, sobretudo no que se refere à relação escola-família, especialmente se for considerado como esta relação vem sendo construída ao longo da história.

Não se pretendeu aqui “esvaziar” a escola da sua importância enquanto instituição social, mas sim apontá-la como um espaço que reflete os interesses antagônicos da sociedade.

A escola, como foi visto, sempre se constituiu como um elemento central na formação do indivíduo desejável e necessário à firmção de contextos sócio-econômicos pelos quais passa a sociedade, sendo que para cumprir com esta tarefa a escola se vale, entre outras estratégias, de higienizar e normalizar os educandos e suas famílias.

No entanto, acredita-se na educação e na escola, enquanto meio e espaço que guardam em si a possibilidade de emancipação dos sujeitos – os educandos, as famílias, a comunidade.

Mas para que esta possibilidade venha a se concretizar, é necessário que no cotidiano da prática educativa global da escola, um novo olhar sobre a realidade, sobre os educandos, suas famílias, e sobre a comunidade, precisa ser trabalhado, pois a base de um processo, que se pretende emancipatório, depende da participação ativa de todos os envolvidos; depende da apreensão de como se constroem as redes de relações sociais do espaço escolar.

Nesta perspectiva, a inserção do Serviço Social no espaço escolar poderia ser interpretada como um compromisso com um processo educativo mais integral e transformador.

Ao constituir-se como parte da equipe profissional de determinada escola, o Assistente Social estaria trabalhando com questões fundamentais postas hoje neste espaço (apreensão da realidade social na qual está inserida a comunidade escolar, desenvolvimento de projetos, intervenção junto às famílias dos educandos e envolvimento das mesmas no trabalho escolar, etc.) e que os profissionais, tradicionalmente inseridos nesta instituição, não conseguem fazer, seja pelo limite do alcance do seu trabalho, preparo profissional, entre outros motivos.

Refletindo sobre a experiência do Serviço Social no CMMSJ fica claro que a inserção do Assistente Social nas escolas é um elemento importante para se trabalhar com e nas mediações deste espaço (interna e externamente).

Conforme já foi apontado, uma das grandes contribuições da Assistente Social no CMMSJ foi o trabalho em torno da construção de uma visão social sobre os educandos

atendidos pela escola, e que há anos atrás se traduzia numa visão estritamente pedagógica. A construção deste olhar diferenciado sobre o educando e sobre o processo educativo conseqüentemente, tem por base a apreensão daquele contexto social, bem como do desenvolvimento de um trabalho estreito realizado com as famílias, no sentido de compreender e propor respostas às demandas postas por elas, demandas estas que se fundamentam na emergência da questão social nas suas múltiplas expressões (violência, conflitos familiares, vulnerabilidade econômica, dependência química, etc.) e que tem reflexo certo no contexto da sala de aula, da escola.

Certamente existem ainda muitos pontos a serem trabalhados, tais como a garantia da participação das famílias na gestão da escola, no planejamento pedagógico, mas entende-se que são aspectos que também demandam um trabalho intenso por parte de todos os profissionais da escola e que não poderiam ser concretizados sem antes ter havido este processo de conhecimento das famílias, a criação de vínculos de confiança, por exemplo.

Acredita-se que a escola não deva ser uma instituição que acabe por “estrangular” as famílias, as quais já se encontram inflacionadas por diferentes cobranças e apelos formulados por agentes tais como o Estado e o mercado. Conforme se configurou historicamente a relação escola-família, observa-se que há uma relação unidirecional que vai da escola para a família, colocando-a numa hierarquia inferior. Assim, é na construção de uma nova relação entre estas instituições que se pensa possível o trabalho do Assistente Social no espaço escolar.

Esta nova relação seria de mão dupla, e porque não pensar em construir uma relação processual entre família e escola, na qual o interesse de ambas seja comum e embasada na democracia?

Entende-se que o profissional de Serviço Social pode também, neste contexto, tanto reforçar como também anular o protagonismo da família no processo de educação das crianças e jovens, o que dependerá da intencionalidade da sua ação educativa: se para emancipar sujeitos ou se para formar consensos.

Neste último caso, a atuação do Assistente Social nas escolas junto às famílias dos educandos se tornaria um equívoco, na medida em que a intervenção profissional estaria voltada para articular os interesses das escolas junto às famílias, buscando assim a adesão e o consentimento das mesmas, o que também fere aos princípios éticos da profissão.

Nesse sentido, entende-se que a intervenção do Assistente Social deve colaborar para que essas duas instituições – escola e família – estejam engajadas para que juntas – horizontalmente – sejam construtoras de práticas emancipatórias que darão um novo sentido ao processo educativo.

Acredita-se ainda que o trabalho com as famílias no espaço escolar seja uma contribuição do Serviço Social que poderá requisitar e legitimar a presença do Assistente Social na escola.

Finalmente, é importante pontuar que este trabalho não teve por pretensão esgotar as reflexões acerca da intervenção do Serviço Social no espaço escolar, sobretudo o que se refere na relação escola-família, mas, principalmente, levantar questões que contribuam para o debate da inserção do Assistente Social nas instituições escolares, o que vem, aos poucos, ganhando expressividade no interior da profissão.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philipi. **História Social da Criança e da Família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara/koogan, 1981.

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. A educação como direito social e a inserção dos assistentes sociais em estabelecimentos educacionais. In: **O Serviço Social e a Política Pública de Educação**. 2005. Disponível em <http://www.congemas.org.br/cartilha1.pdf>. Acesso em 16/07/2006.

ALVES, Luis Paulo. **A escola como espaço de intervenção interdisciplinar: a psicomotricidade como instrumento do Serviço Social**. 2004. (mimeo).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasília, 2005.

BRESSAN, Rosane Carla (coord.). **Serviço Social na Educação**. Brasília: CFESS, 2001.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. 7ª ed. São Paulo: Ática, 1996.

COLÉGIO MARISTA E MUNICIPAL SÃO JOSÉ. **Projeto Político-Pedagógico**. 2003. (mimeo).

COMISSÃO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO MARISTA (1995-1998). **Missão Educativa Marista – um projeto para o nosso tempo**. 3ª.ed. São Paulo: SIMAR, 2003.

CUNHA, Marcus Vinícius da. A Escola Contra a Família. In: LOPES, Eliane Marta T.; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. **500 Anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. A desqualificação da família para educar. In: **Caderno de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**. no. 102, São Paulo: Cortez, 1997.

_____. A escola renovada e a família desqualificada: do discurso-histórico sociológico ao psicologismo na educação. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Volume 77, no. 189. Brasília: INEP, 1996.

_____. **A educação dos educadores: da Escola Nova à escola atual**. Campinas: Mercado das Letras, 1995.

EVASÃO ESCOLAR AUMENTA EM QUATRO ANOS. Jornal Folha de São Paulo. Disponível em: <<http://www.folha.com.br>>. Acesso em 07/06/2006.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Para entender a relação escola-família: uma contribuição da história da educação. In: **São Paulo em Perspectiva**. Volume 14, no. 2, São Paulo, Abril/Junho de 2000.

GATTAZ, André. Lapidando a fala bruta: a textualização em História Oral. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.). **(Re) introduzindo a História Oral no Brasil**. São Paulo: Editora Xamã, 1996. Disponível em: <<http://www.gandalf.com.br/gattaz/artigos/artigo02.htm>>. Acesso em 13/07/2006.

IAMAMOTTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 5ªed. São Paulo: Cortez, 1986.

KALOUSTIAN, Silvio Manoug (org). **Família brasileira, a base de tudo**. São Paulo: Cortez, 1994.

LIMA, Adriana do Carmo B. [et al.]. **Gestão e organização da escola brasileira**. Florianópolis: UDESC/CEAD, 2003.

MACHADO, Aldonei [et.al.]. **História da Educação**. 3ªed. Florianópolis: UDESC: FAED: CEAD, 2002.

MARINI, Fabiana & MELLO, Roseli Rodrigues de. **Relação entre a escola e famílias de classes populares: desconhecimento e desencontro**. Disponível em <<http://www.anped.org.br/26/textos/0606t/PDF>>. Acesso em: 27/05/2006.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **Serviço Social: mediação escola e sociedade.** Dissertação de Mestrado. Franca: UNESP, 2001. Disponível em < <http://www.unitoledo.br> > Acesso em 28/05/2006.

ROCHE, Fernanda. **Da ama à babá - passeando pela renovação da escola: trajetória do papel da família na Educação Infantil.** Disponível em: <<http://www.criancaemfoco.com.br>> Acesso em 01/05/2006.

PEQUENO, Andréia Cristina Alves. **Educação e Família: uma união fundamental?** 2004. (mimeo)

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e serviço social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social.** São Paulo: Cortez; Belém, PA: Universidade da Amazônia, 1995.

RODRIGUES, Joana Maria. **Família e Escola: uma via de mão dupla.** Disponível em <http://www.cicrescer.com.br/artigos/artigo_08.htm> Acesso em 18/10/2004.

ROMANELLI, Geraldo. Questões teóricas e metodológicas nas pesquisas sobre família e escola. In: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira. **Itinerários de Pesquisa: perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SAVIANE, Demerval. Os saberes implicados na formação do educador. In: BICUDO, Maria Aparecida Viggiani; SILVA JUNIOR, Celestino Alves da (orgs.). **Formação do educador: dever do Estado, tarefa da Universidade.** São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1996.

SHIROMA, Eneida Oto. **Política Educacional.** 2ª ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SILVA, Fernanda Lia da. **Violência na Escola - um reflexo da violência social e urbana: uma experiência no Colégio Marista e Municipal São José.** Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis: UFSC, 2004.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (coord.). **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura.** São Paulo: Cortez, 1995.

SOUZA, I. L. **A área da educação é refletida como espaço de trabalho do (a) Assistente Social.** Disponível em http://www.abepss.ufsc.br/CO_culturededuc.htm. Acesso em Junho de 2004.

SPOSATI, Aldáisa de Oliveira et alli. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise.** São Paulo: Cortez, 1989.

ANEXOS

Anexo A
Autorização para utilização da entrevista e do nome da Assistente Social

AUTORIZAÇÃO

Eu, Micheli Klauberg Faustino, Assistente Social do Colégio Marista e Municipal São José, autorizo a utilização da entrevista cedida, bem como a utilização do meu nome para fins do Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica Shirlei Garcia.

Florianópolis, agosto de 2006.



Micheli Klauberg Faustino

Micheli Klauberg Faustino
Assistente Social
CRESS 1860